

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO FEDERAL

ELIANE RISCHBECK TODESCAT

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 1987.

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO FEDERAL

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE:

MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO

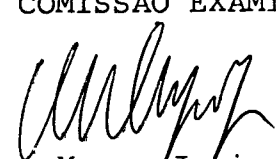
(ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA), e
aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós- Gradua
ção.



PROF. ANTONIO NICCOLO GRILLO

COORDENADOR DO CURSO

APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS
PROFESSORES:

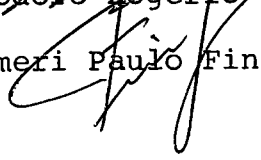


Prof. Victor Meyer Junior

Presidente



Prof. Teodoro Rogério Vahl, Doutor



Prof. Almeri Paulo Finger, Ph.D.

A Márcio e Gustavo

A Lorena e Heinz

meus pais.

AGRADECIMENTOS

Cabe, neste momento, agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho:

- Universidade Federal de Santa Catarina;
- Curso de Pós-Graduação em Administração, área de Concentração em Administração Universitária, na pessoa do seu Coordenador, Professor Antônio Niccoló Grillo, de todos os seus Professores e Funcionários;
- Professor Doutor Victor Meyer Júnior, orientador do trabalho;
- Diretor Presidente da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil, Daniel Juckowsky;
- Assessor Especial da SESu, Herbert Guarani Calhau;
- Caixa Econômica Federal, pelo fornecimento de dados;
- Airton Silva, por todo trabalho datilográfico.

S U M A R I O

AGRADECIMENTOS	vi
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
 CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO	 5
Premissas Básicas dos Empréstimos Estudantis	6
Teoria do Capital Humano	13
Benefícios Privados e Sociais da Educação	14
Programa de Crédito Educativo	17
O Programa de Crédito Educativo no Brasil	20
O Programa de Crédito Educativo Federal e seus Problemas..	23
 CAPÍTULO III - METODOLOGIA	 30
Problema de Pesquisa	31
Definição Operacional de Termos	32
Tipologia	34
Objetivos da Pesquisa	36
Coleta e Análise de Dados	37
Limitações do Estudo	39
 CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO DOS DADOS	 40
 CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	 66

Recomendações para Futuras Pesquisas	74
Sugestões para o Programa de Crédito Educativo Fede- ral	76
ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	77
Entrevistado: Herbert Guarani Calhau	78
Entrevistado: Daniel Jucowsky	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Instituições do Ensino Superior por Região - Brasil.- 1982.

TABELA 2 - Distribuição das Matrículas nas Instituições de Ensi
no Superior Públicas e Privadas e Quantidade de Ins
critos no Programa de Crédito Educativo Federal por
Região - 1976 - 82.

TABELA 3 - Evolução do Crédito Educativo de Manutenção em Rela
ção a Evolução do Salário Mínimo: Brasil - 1976/82.

TABELA 4 - Distribuição de Alunos Inscritos e Selecionados pelo
Programa de Crédito Educativo Federal no Brasil por
Região - 1976/82.

TABELA 5 - Distribuição de Contratos em Fase de Amortização (Anui
dade/Manutenção) e Total de Contratos Inadimplentes
(Anuidade/Manutenção) do Programa de Crédito Educa
tivo Federal no Brasil por Região - 1979/84.

TABELA 6 - Distribuição de Contratos de Anuidade Inadimplentes
do Programa de Crédito Educativo e o seu Custo por
Região - 1979/84.

TABELA 7 - Distribuição de Contratos de Manutenção Inadimplentes
do Programa de Crédito Educativo e o seu Custo por
região - 1979/84.

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 01 - Instituições de Ensino Superior por Região - Brasil.
- GRÁFICO 02 - Alunos Matriculados nas IES e Alunos Inscritos no PCE entre 1976 a 1982, em todas as Regiões Brasileiras.
- GRÁFICO 03 - Alunos Inscritos e Selecionados pelo Programa de Crédito Educativo entre 1976 a 1982, em todas as Regiões Brasileiras.
- GRÁFICO 04 - Número de Contratos em Fase de Amortização e Número de Contratos Inadimplentes do Programa de Crédito Educativo Federal entre 1979 a 1984 em todas as Regiões Brasileiras.

RESUMO

O trabalho analisou o Programa de Crédito Educativo Federal no período de 1976 a 1982. O objetivo deste estudo foi examinar se o Programa contribuiu para o acesso e permanência do aluno carente no ensino superior. Outros fatores tais como o custo e benefício gerados e os possíveis fatores que contribuíram para as disfunções do Programa foram também explorados.

Os dados primários foram obtidos através de entrevista pessoal com especialistas da área, enquanto os dados secundários foram coletados na agência gestora do Programa, a Caixa Econômica Federal e Ministério da Educação.

Os dados analisados demonstraram que os principais beneficiados pelo Programa de Crédito Educativo Federal foram o aluno ao ter reduzido barreiras para sua permanência no ensino superior e as Instituições de Ensino Superior particulares ao serem financiados, via aluno, através da modalidade "anuidade". Muito embora o Programa não tenha contribuído para o acesso ao ensino superior, uma vez que classifica os alunos após seu ingresso neste nível de ensino, foi de grande relevância para o financiamento de uma parcela substantiva das matrículas no ensino superior particular.

Observou-se que o Nordeste foi a região mais beneficiada em número de contratos de "manutenção" com um total de 207.979 (duzentos e sete mil e novecentos e setenta e nove) alu

nos.

A região Sudeste foi a mais contemplada em termos de contratos de "anuidade" com um total de 423.386 (quatrocentos e vinte e três mil e trezentos e oitenta e seis) alunos beneficiados.

Outro aspecto relevante foi o exame das disfunções do Programa, onde se inclui, dentre outros a taxa de juros não reajustada e a conseqüente diminuição de recursos alocados ao Programa, a alta taxa de inadimplência, a ausência da figura do avalista, fatores estes que contribuíram para a inviabilização do Programa.

Finalmente, concluiu-se que o Crédito Educativo continua sendo um poliativo no financiamento do ensino superior, enquanto não houver uma mudança na alocação de recursos para os níveis escolares de 1º e 2º graus pelos órgãos competentes.

A B S T R A C T

This work is an analysis of the Federal Educational Loan Program from 1976 to 1982. The aim of this study was to examine the program and determine if it has contributed to the access and long term participation of low-income students within the higher education system. Other factors such as the cost and benefits generated, as well as, other factors that contributed to the disfunction of the program were also explored.

The primary data was obtained through personal interviews with specialists in the field, while the secondary data was gathered from the supervising agencies of the program, Caixa Econômica Federal (a federal bank) and the Ministry of Education.

The analyzed data demonstrated that the principal benefactors of the Federal Educational Loan Program were the students due to the reduction of barriers to their long term participation in both private and public institutions of higher education; and the private institutions which were the recipients of funds, via the students, through the payment of their annual fees.

In spite of this, the program has not contributed to the new admittance of low-income students to the higher education system, due to the classification of the student after

admission to an institution of higher learning. It was of great relevance to the financing of a substantial portion of the tuition for private higher educational facilities.

It is observed that, the Northeast region benefited most in terms of the number of "maintenance contracts" with a total of 207,979 (two-hundred-seven-thousand, nine-hundred-seventy-nine) students. The Southeast region benefited most in terms of "annual fees contracts" with a total of 423,386 (four-hundred-twenty-three-thousand, three-hundred-eighty-six) student beneficiaries.

Another relevant aspect was the examination of program disfunctions, which included, among other things, that the interest rate of repayment schedules was not adjusted and as a consequence, there was a decrease in the money available to the program, this along with the high payment default, and the absence of co-signers, were factors which contributed to the inviability of the program.

Finally, we arrived at the conclusion that the Federal Educational Loan Program continues to be a palliative to the financing of higher education, while at the same time there has been no change in the allocation of resources for elementary and secondary schools, which are greatly needed.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Ao se examinar o crescimento do ensino superior brasileiro, constata-se que o ensino particular vem assumindo, a partir da década de 70, uma participação cada vez mais significativa no número total de matrículas. Esta situação resulta de uma política de redução de recursos financeiros que o poder público vem desenvolvendo em seus gastos com a educação, o que tem limitado a ampliação de vagas oferecidas por escolas públicas. Por outro lado, as facilidades de abertura de novas escolas, autorizadas pelo Conselho Federal de Educação, contribuíram para uma rápida proliferação de escolas de ensino superior privado.

Nas instituições públicas e privadas de ensino superior observa-se uma certa especialização de áreas de ensino, cabendo às escolas públicas o oferecimento de cursos de custo operacional mais elevado, devido as condições de ensino oferecidas, o alto custo de laboratórios, bibliotecas e materiais disponíveis para os alunos. As escolas particulares, por seu turno, adentraram naquelas áreas onde menores investimentos são exigidos para sua instalação e funcionamento.

Quanto à clientela atendida, por estes dois tipos de escolas, as escolas públicas, por oferecerem a maioria dos seus cursos no período diurno, têm em seu corpo discente uma significativa porcentagem de alunos oriundos de famílias de alta renda. Isto se explica pelo fato de que dentro das atuais condições sócio-econômicas da família brasileira, apenas alguns poucos não necessitam ingressar desde cedo no mercado de trabalho. Além do mais, poucos são os privilegiados que têm condições de frequentar curso pré-vestibular, tendo em vista as altas mensalidades

cobradas por este tipo de curso.

As escolas particulares que sempre tiveram nos cursos noturnos sua maior concentração de alunos, vem possibilitando o acesso da grande maioria dos estudantes universitários. Autores como, Mello e Souza (1980), Freitag (1977) e Melchior (1971), têm demonstrado em seus estudos que os alunos, via de regra, necessitam trabalhar desde cedo, dada à insuficiente renda familiar, e conseqüentemente não têm acesso às poucas vagas noturnas oferecidas pelas escolas públicas. Esta polarização, embora contendo certa simplificação, mostra a realidade do ensino superior brasileiro.

Desta forma, a existência de uma clientela de alunos carentes no ensino superior, principalmente nas instituições privadas, levou o governo federal e a iniciativa privada à buscarem soluções com objetivo de amenizar a situação destes alunos, criando para isto mecanismos de apoio financeiro.

Dentre os vários tipos de programas de apoio ao estudante universitário brasileiro existentes, destaca-se o "Programa de Crédito Educativo Federal", o qual foi criado em 1975 com o objetivo de facilitar o acesso e permanência no ensino superior de estudantes carentes de recursos.

O Programa de Crédito Educativo Federal tem sido alvo de constantes críticas referentes a problemas de operação que estariam comprometendo seu funcionamento e sua principal característica, ou seja, a rotatividade do fundo que o suporta financeiramente.

Outrossim, o Programa de Crédito Educativo Federal es
tava a merecer análise detalhada de seu funcionamento, dos cus
tos e benefícios por ele gerados, o que se constituiu na finalii
dade do presente trabalho.

CAPÍTULO II

REFERENCIAL TEÓRICO

PREMISSAS BÁSICAS DOS EMPRÉSTIMOS ESTUDANTIS

Na sociedade democrática um dos conceitos mais debatidos é o de igualdade de oportunidades educacionais. Controvérsias existem a respeito deste conceito que poderá significar igualdade de direitos, isto é, direito à educação pública gratuita em todos os níveis e igualdade de resultados, onde independentemente de possíveis diferenças pequenas ainda existentes, os indivíduos alcançam um nível educacional e social muito semelhantes.

Em que extensão a escolarização contribui para a igualdade de oportunidades? Se todos receberem as mesmas oportunidades de escolarização, teremos uma sociedade menos desigual?

O conceito de igualdade de oportunidades é ambíguo. Um dos conceitos advoga que a sociedade tenha uma base mínima comum, a partir da qual o mérito e apenas o mérito, seja a origem de eventuais e desejados sucessos pessoais. Assim, o princípio da igualdade de oportunidade requer que se possibilite a cada pessoa o direito de ter a melhor educação.

Segundo ABREU (1982), a igualdade é um direito do homem nos três tempos da vida; o tempo predominantemente voltado para o aprender (direito à educação); o tempo predominantemente orientado

para a transformação material e ideológica do mundo (direito ao trabalho); o tempo predominantemente destinado ao descanso (direito à previdência). Educação, trabalho e descanso são portanto, três exigências da pessoa humana na sociedade em que esta pessoa se insere.

É certo, também, que a sociedade somente poderá assegurar estes direitos se os , já beneficiários, , gerarem, pela via de trabalho, os recursos informacionais e materiais indispensáveis, para benefício próprio e para o uso solidário.

Poder-se-ia ainda encontrar uma identificação com o objetivo de preparar os recursos humanos para o desenvolvimento, admitindo, por um lado, que desenvolvimento supõe um clima de mudança e, por outro, que o desenvolvimento integral de cada ser humano, conforme seus talentos, representa a máxima realização social.

Ao examinar o conceito de igualdade de oportunidades educacionais, BLAUG (1975:72), destaca 3 tipos: "quantidades iguais de educação para todos; educação suficiente para elevar todo mundo a um dado padrão; e educação suficiente para que todos atinjam o seu potencial nativo". Esta tipologia demonstra a ambigüidade do conceito que poderá ter significados distintos.

Blaug (1975) ao se referir a uma educação suficiente para que todos atinjam o seu potencial nativo, destaca a interpretação cotidiana de igualdade de oportunidade educacionais,

pois a educação deve ser distribuída não de acordo com o poder aquisitivo, mas observadas as diferenças na capacidade de aprendizado. Este depende em alto grau do ambiente familiar que, por sua vez, depende da educação do país, isto é, quanto maior o desenvolvimento do país, maior o grau de educação. Assim sendo, distribuir a educação de acordo com as chamadas "habilidades naturais" favorece as crianças vindas de ambientes bem-educados e isso reintroduz a influência da distribuição de renda.

A operacionalização adequada do princípio de igualdade de oportunidade, conduz a formação de uma democracia social, propiciando desconcentração da renda, redução de privilégios de pessoas e de grupos, mobilidade social colocando os resultados do crescimento econômico a serviço do desenvolvimento social em seus múltiplos aspectos.

No entender de Marshall, existe o direito do cidadão à igualdade de oportunidades por meio de seleção, cujo objetivo é eliminar o privilégio hereditário. O autor estende sua colocação, quando se refere ao direito do cidadão de mostrar e desenvolver suas diferenças ou desigualdades, o direito de ser reconhecido como desigual... permitindo, desta forma, que o jovem desprovido de recursos mostre que é tão capaz quanto o rico (MARSHALL, In: BLAUG, 1980:34).

Analisando esta definição, considera-se a escola representante, na concepção da ideologia dominante, do lugar privilegiado onde, diante da objetividade do saber e da cultura, as diferenças devidas à origem familiar, profissional, portanto, à origem de classe, desaparecem ou deveriam desaparecer.

Outrossim, a educação é considerada como instrumento de uma verdadeira democracia econômica e social, pois lhe é atribuído a tarefa de proporcionar a cada indivíduo suas chances e, em particular, oferecer a cada um, tendo em conta suas capacidades, a livre escolha de seu ofício e, portanto, de sua situação sócio-econômica futura.

No que diz respeito à situação sócio-econômica do indivíduo, BLAUG(1975:66) ressalta que "em todas as economias de que se tem conhecimento, o grau de educação obtido por um indivíduo correlaciona-se positivamente com os rendimentos pessoais. Isto não é verdadeiro para todo e qualquer indivíduo, a correlação está longe de ser perfeita, mas o é da pessoa média e em verdade da maioria" (BLAUG, 1975:66).

O autor baseia-se em constatações feitas em diversos países ao concluir que, excluindo a idade, nenhum fator exerce maior influência sobre os rendimentos pessoais, do que a quantidade de anos completos de aprendizagem escolar.

No caso brasileiro a evasão escolar é um dos problemas mais desafiadores da educação. De cada 100 brasileiros que atingem a idade escolar, 26 têm seu acesso à escola barrado por falta de escolas ou de vagas disponíveis. Os 74 que ingressam no primeiro ano se reduzem a apenas doze no final do 1º grau. Apenas 8 (oito) chegam à primeira série do 2º grau e, destes, somente a metade conclui o período letivo de três anos de duração. Em outras palavras, de 100 crianças que entram na escola pública, só quatro concluem o 2º grau e talvez irão frequentar um 3º grau.

Diversas razões contribuem para esta situação, dentre elas destaca-se o elevado número de crianças em idade escolar e fora das escolas, e, a repetência escolar que está a engordar as estatísticas de analfabetismo no Brasil, que chegam à cifra de 25 milhões de pessoas (VEJA, 1985).

MELLO e SOUZA (1980) cita como um dos fatores básicos para um maior desenvolvimento do país, "a qualidade do ensino" que, segundo o autor, está sendo nivelada por baixo. Sabe-se que existe a necessidade de diferenciar as pessoas para o mercado de trabalho, através do aumento de exigências em termos de quantidade de educação. Diplomas de cursos mais avançados, que exigem uma permanência por mais anos na escola, são requeridos pelas empresas, na tentativa, grandemente frustrada, de dispor de mão-de-obra qualificada.

Observa-se que a sociedade brasileira, como a maior parte da sociedade ocidental, é uma sociedade credencialista, onde as credenciais (diplomas) são exigidas pelo empregador, ignorando-se conhecimentos e habilidades adquiridas pelo indivíduo, às vezes em cursos profissionalizantes, para favorecer um mero elitismo, autenticado pelas instituições de ensino superior. O pressuposto, neste caso, é que as habilidades e os conhecimentos estão implícitos no diploma.

Muito embora a educação dê aos indivíduos maior capacidade de ganho, o fato é que numerosas funções remuneradas, estudadas em todo o mundo, estão longe de dar uma clara visão do grau de aumento na capacidade de ganho pelo qual a educação é

diretamente responsável. Controvérsias sobre a participação dos antecedentes sócio-econômicos, do talento inato, motivação e da educação na determinação das rendas individuais continuarão por algum tempo, enquanto economistas e outros cientistas sociais continuam na busca de métodos que permitam medir e pesar essas variáveis e elaborar modelos econométricos adequados.

Outrossim, a influência da educação e de outras variáveis sobre a renda tendem a mudar ao longo do tempo, tais como: grupo sócio-econômicos, aptidão, ambiente econômico. Essas observações têm levado os organismos governamentais a compreenderem que a educação é somente um, dentre outros fatores determinantes da renda, que precisam ser combinadas para se atingir o progresso social, político e econômico.

MELCHIOR (1971), ao analisar o nível sócio-econômico dos indivíduos em países em desenvolvimento, observou que a correção de desigualdade de renda poderia ser feita através da educação, cumprindo-se apenas duas condições: grupos de baixa renda deveriam poder investir mais em sua própria educação do que grupos de alta renda e, ou a taxa de rentabilidade de seu investimento que é sua capacidade de ganho final menos o custo da educação, deveria ser pelo menos tão alta quanto a dos grupos de alta renda.

Aqui encontram-se pontos divergentes na teoria, pois, de acordo com FRANCES (1974), não cabe à educação a tarefa de redistribuir a renda e sim a um conjunto de instrumentos de política econômica e social.

A situação brasileira, típica da maioria dos países

latino-americanos, demonstra que só a educação não pode reduzir esta desigualdade, mesmo sendo a escola a única instância social capaz de instrumentalizar as classes menos favorecidas com o saber socialmente construído.

Até que ponto as políticas governamentais ligadas a financiamentos, formação de preços e tributação de serviços educacionais podem afetar a educação e a distribuição da renda? A defesa da participação governamental na educação normalmente se fundamenta em dois aspectos: eficiência econômica e igualdade social. Isto quer dizer, manutenção de um ritmo acelerado de crescimento econômico e social e mais a alguns setores da sociedade menos privilegiados sem necessariamente reduzir a parcela de outro. Não resta dúvida que a educação se constitui num destes canais de multiplicação. Fica, no entanto, na dependência da capacidade de multiplicação das oportunidades educacionais.

Na maioria dos países em desenvolvimento, a subvenção à educação obedece à regra geral e simples de que todos têm direito ao mesmo montante de subvenção pública para determinada quantidade e tipo de educação. Em outras palavras, a educação é subvencionada, e por isso, cobrada sem levar em conta as rendas do usuário do sistema e dos seus familiares. Isto se aplica à educação pública e à privada, sempre que as taxas escolares não cobrirem os custos totais.

Segundo JALLADE(1978), os grupos de alta renda tendem a permanecer por mais tempo no sistema educacional do que grupos de baixa renda recebendo, desta forma, maiores subvenções públicas. Isto pode-se aplicar particularmente a muitos países em desen-

volvimento, onde a distribuição de oportunidades educacionais e de subvenções é muito desigual.

TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Nos dias atuais, a educação constitui-se num componente essencial de todo e qualquer esforço de desenvolvimento e de progresso humano e social. Sua importância cresce no momento da tomada de decisões, de política nacional, considerando-se que os dispêndios com a educação são considerados investimento altamente reprodutivo em capital humano e não consumo como muitos autores afirmam.

De acordo com SCHULTZ (1973:15), "sempre que a instrução elevar as futuras rendas dos estudantes teremos um investimento. É um investimento no capital humano, sob a forma de habilidades adquiridas na escola".

Este conceito de capital humano busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no fator humano passa a significar um dos determinantes básicos para aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente de mobilidade social.

A educação, então, é o principal capital humano, como fator básico de mobilidade social e de desenvolvimento econômico. Assim, o fator econômico, traduzido por um conjunto de indicadores sócio-econômicos, é considerado como o maior responsável pelo acesso e permanência na trajetória escolar.

Obviamente uma vez que a acumulação de capital humano indica o nível de desenvolvimento dos recursos humanos obtidos por um país, a taxa de formação do capital humano é indicativa de sua taxa de progresso e, conseqüentemente, do volume de benefícios econômicos e não econômicos.

BENEFÍCIOS PRIVADOS E SOCIAIS DA EDUCAÇÃO

Uma vez que o investimento em educação produz importantes benefícios econômicos e não-econômicos, há que se identificar a natureza e magnitude desses benefícios.

A literatura classifica os benefícios educacionais em duas categorias básicas: "privados" cujos efeitos se estendem diretamente aos estudantes e suas famílias, e "sociais" abrangendo a sociedade como um todo. Os benefícios privados se relacionam com a elevação da renda, do status social, da competência, da capacidade para viver num sistema competitivo, dentre outros. Os benefícios sociais dizem respeito à melhoria do sistema de produção, qualitativa e quantitativamente, de volume de arrecadação de imposto de renda resultante dos maiores ganhos dos membros da comunidade, do volume de arrecadação dos tributos em geral, em fase da melhoria do sistema de produção. (CRUB, 1980)

Para BOWEN (1980), a educação superior proporciona os seguintes benefícios sociais: redistribuição da renda e mobilidade social, mudanças nas atitudes e valores, desenvolvimento de liderança política, redução do desemprego, melhoria das habilidades produtivas do homem, desenvolvimento da produtividade do capital físico e aumento na quantidade e qualidade de pesquisa.

No entanto, segundo (CARNEGIE, 1973) os benefícios individuais dos usuários do sistema educacional superior seriam: maior renda; maior satisfação no trabalho; maior eficácia como consumidor; maior habilidade em alocar tempo e dinheiro e maior desfrute dos aspectos culturais.

É importante a distinção entre esses dois tipos de benefícios para se compreender que não cabe exclusivamente ao Estado ou aos indivíduos e suas famílias arcar com o custo total do ensino superior, por não serem aqueles grupos, por si mesmos, os únicos beneficiários. Considerando que tanto o estudante, a família e a sociedade usufruem dos benefícios da educação superior, parece inegável dentro do raciocínio que os seus custos correspondentes devam ser compartilhados de alguma forma por seus beneficiários. A grande e controvertida questão, que ainda carece de maior investigação, é a definição do "quantum" do custo a ser atribuído a cada um dos beneficiários (CRUB, 1980).

Aqueles que acreditam que os benefícios sociais sobrepujam os individuais defendem uma maior participação do Estado

no financiamento da educação superior. Por outro lado, aqueles que enfatizam a predominância dos benefícios individuais defendem uma maior participação dos indivíduos, como usuários do sistema de ensino superior no seu financiamento.

Contudo, no caso do Brasil, face ao custo elevado da educação superior, as famílias de baixa renda têm encontrado dificuldade e mesmo impossibilidade de verem seus filhos atingirem e/ou permanecerem no ensino superior. Na verdade, os filhos das famílias menos favorecidas são forçados a deixar a escola mais cedo e ingressar no mercado de trabalho para poder se sustentar ou mesmo ajudar na manutenção da família. Porém, quando conseguem chegar ao nível superior de ensino, geralmente ficam relegados a cursos ou estabelecimentos de pouco prestígio, geralmente particulares, visto que as vagas dos cursos em estabelecimentos superiores de qualidade acabam sendo preenchidas por estudantes oriundos de famílias abastadas.

No Brasil, as perspectivas de solução não podem perder de vista a realidade atual, pois embora os levantamentos até agora realizados indiquem que a maioria dos universitários são oriundos de famílias de estratos médio e alto da sociedade e que portanto, poderiam financiar, senão o custo total, pelo menos substancial fração do custo do curso universitário, cumpre considerar a dinâmica do processo de mudança global e seus contínuos reflexos da configuração política social e econômica vivenciada pela sociedade brasileira.

PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO

Diversas são as formas de apoio estudantil encontradas nas instituições de ensino superior, dentre elas, encontra-se o programa de crédito educativo.

Este tipo de programa foi criado na Colômbia, como proposta feita em 1943 por um estudante colombiano em sua tese de mestrado na Universidade de Siracusa, Estados Unidos, com objetivo de atender e beneficiar a população estudantil de menor capacidade econômica-financeira.

Segundo (FARO & SOUZA, 1980), o programa de crédito educativo caracteriza-se por proporcionar empréstimos em bases iguais a todos os que solicitam, independente da renda familiar, a amortização pode ser feita mediante prestações fixas independentes da renda ou em prestações proporcionais a esta. Porém, enquanto as prestações fixas permitirem a cobrança integral da dívida de cada mutuário, as prestações proporcionais à renda, por terem geralmente um único prazo de amortização, envolvem uma redistribuição da renda dos mutuários de renda alta para os de renda baixa.

Este programa baseia-se nos princípios de liberdade inseridos nos ideais sociais como a democratização e igualdade de oportunidades educacionais.

Segundo BRODERSON E SANJURJO (1978:397), "o crédito educativo é um instrumento que, antecipando as rendas futuras do estudante, lhe permite o financiamento de sua educação no presente".

Assim, o crédito educativo é um mecanismo de inversão recuperável que permite a utilização de um capital em forma rotativa caracterizando seu cunho social. Trata-se uma idéia positiva, porque proporciona um meio de ampliar a ajuda econômica à classe estudantil, através do fundo rotativo que é mantido pelo próprio estudante.

No entender de ZYMELMAN (1974:135) "todo crédito educativo deve ser considerado um instrumento financeiro, a fim de facilitar ao usuário a aquisição de bens que ele pretende e aos quais não têm acesso por carecer de recursos".

Este conceito baseia-se em princípios educacionais, democráticos, orientação para o mercado de trabalho e o econômico-financeiro: o educacional, procura proporcionar a dedicação do aluno aos estudos, em tempo integral, através do empréstimo de manutenção, provocando uma melhoria no aproveitamento escolar do estudante; o democrático, que visa a igualdade de oportunidades educacionais nas diversas classes, permitindo às pessoas carentes de recursos financeiros atingir o estágio de formação superior no seu campo profissional; o de orientação para o mercado de trabalho, que procura destinar o crédito para aquelas formações profissionais onde o desequilíbrio entre a demanda e oferta indica a existência de insuficiente número de técnicos habilitados; o econômico-financeiro, que, além de beneficiar diretamente o aluno, como se demonstrou no aspecto democrático, possibilita, também às Universidades, um afluxo mais regular de receitas, pela forma com que o crédito é processado,

e os recursos são liberados para instituições de ensino superior.

De outra forma, ou a própria escola teria de financiar o estudante, ou então este, com imensos sacrifícios pessoais, seria forçado a recorrer às linhas de crédito pessoal, oferecidos pelas instituições financeiras, ou o que é pior, força-lo-ia a desistir dos estudos.

Assim, torna-se explícito o pressuposto básico deste tipo de programa: o estudante, ao receber seu empréstimo ou bolsa, tem suas chances de ingresso e permanência no ensino superior aumentadas. É neste aspecto singular que se situa o crédito educativo: sistema que visa auxiliar financeiramente o jovem para que se eduque adequadamente, levando-o a assumir, desde o período da formação, compromisso social de devolver mais tarde, quando chegar a época, o correspondente financeiro que lhe possibilitou a formação profissional. O impacto que os empréstimos através de programas de crédito educativo teriam sobre a igualdade de oportunidades ao ensino superior, seria muito maior se estes empréstimos tivessem início na escola de 2º grau. Desta forma as chances de acesso ao ensino superior aumentariam sensivelmente.

Segundo WOODHALL, MAUREEN (1985), caso típico acontece na Suécia, onde os alunos de escolas de 2º grau, recebem empréstimos estudantis, elevando desta forma, as chances de acesso ao ensino superior, já que frequentam instituições de ensino de 2º grau de um nível aprimorado.

Outrossim, os resultados positivos alcançados pelos programas de crédito educativo, sobretudo em países do continente latinoamericano, Estados Unidos e Europa, têm demonstrado a força de uma idéia que vem encontrando sua aplicação no contexto do ensino superior.

O PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO NO BRASIL

A experiência brasileira com programas de apoio estudantil do tipo "crédito educativo" é relativamente recente. Existem experiências concretas de empréstimos ou programas de crédito educativo, mas do tipo indireto, ou passivo, isto é, dispensa total ou parcial das anuidades durante o curso universitário, e pagamento, a partir de alguns meses ou um (1) ano após o término dos estudos. A prática é freqüente nas Universidades Católicas.

A Fundação Mendes Pimentel da Universidade Federal de Minas Gerais, vai um pouco além, pois concede bolsas de manutenção para pagamento posterior, isto é, após o término dos estudos.

A Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB) é uma entidade privada de finalidade previdenciária que foi criada em 1964. Sete (7) anos após sua fundação, a APLUB iniciou um sistema de crédito educativo, através da concessão de bolsas rotativas de estudo, destinado a dar assistência direta ao estudante universitário carente de recursos financeiros, e também, ao profissional que visa ao aprimoramento científico por meio de especialização, a nível de pós-graduação (mes

trado e doutorado).

No primeiro semestre de 1972, foi lançado em caráter experimental, nas cidades de Recife, Fortaleza e Porto Alegre, o sistema de crédito educativo, através da concessão de Bolsas Rotativas de Estudo.

A primeira modalidade do sistema estabeleceu o atendimento ao estudante universitário carente de recursos financeiros, a partir do penúltimo ano do curso. Este Programa concedia a cada beneficiário a quantia mensal equivalente a um ou dois salários mínimos regionais, distribuídos durante o período letivo, com um prazo carencial de um ano, a contar da data da formatura, quando então, o bolsista iniciaria o reembolso, num período idêntico ao de recebimento, com parcelas correspondentes ao salário mínimo vigente na data de pagamento.

Este auxílio, isento de caráter paternalista, veio contribuir para o processo de formação profissional do aluno bolsista, de maneira que este assumisse a responsabilidade de sua formação e participasse, também, no processo de formação de outro, caracterizando o princípio básico do sistema rotativo.

A segunda modalidade do sistema, a bolsa rotativa de estudo para pós-graduação, exclusivamente fornecida ao profissional liberal associado da APLUB, tem por base o maior salário mínimo do país, oferecido mensalmente num teto de quatro (4) a seis (6) vezes o seu valor, concedido durante a realização do curso. O prazo carencial é de seis (6) meses após o término dos estudos para daí ser iniciado o reembolso, na mesma base de correção da primeira modalidade.

No segundo semestre de 1972 o Programa APLUB estendeu o sistema de crédito educativo aos demais estados brasileiros, visando o aperfeiçoamento e a ampliação de seus benefícios. Em 1974, a adesão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRGS, através de Convênio, liberou recursos financeiros para serem administrados pela APLUB com o objetivo de conceder crédito educativo aos seus alunos mais necessitados. Com isto, estava aberto o caminho a outras entidades que pretendessem se unir ao empreendimento somando esforços na canalização de recursos financeiros, através de um investimento de real importância para a complementação do ciclo de desenvolvimento cultural, que nasce no aluno e só se realiza com o profissional altamente capacitado.

Em 1975, foi criado também pela APLUB mais um prog. de Crédito educativo, destinado a colaborar com o médico recém-formado, na fase inicial de sua carreira. Institui-se então, a bolsa rotativa de estudos para médicos residentes, caracterizada pela concessão mensal de até três (3) salários mínimos regionais, que após um período carencial optativo de seis (6) ou doze (12) meses após o término da residência, seria reembolsado com base no índice de aumento salarial.

A evolução dos programas da APLUB tem sido constante, sendo que até dezembro de 1983, já tinham sido computados em torno de 10.000 contratos distribuídos nas áreas de pós-graduação, graduação, residência médica e técnico de nível médio, com um índice de inadimplência igual a 1,5%. A bolsa é distribuída por regiões com o seguinte índice: região sul 63,64%, região sudeste 25,94%,

região nordeste 7,48%, região norte é 1,89% e a região centro-oeste é 1,05%.

Para JUCKOWSKY (1975), além de ser uma experiência pioneira no Brasil, o programa APLUB tem-se caracterizado por sua eficiência e eficácia no seu funcionamento, o que se observa através dos baixos índices de inadimplência computados e no número de participantes que vem aumentando sucessivamente.

O PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO FEDERAL E SEUS PROBLEMAS

O Programa de Crédito Educativo Federal, cujo embrião surgiu em 1973, quando o governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura, elaborou uma série de estudos visando desenvolver um sistema de bolsas restituíveis, destinadas a alunos do curso superior. O objetivo maior era atender as necessidades dos estudantes de classes sociais menos favorecidos no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior.

Da evolução desses estudos surgiu o Programa de Crédito Educativo Federal, cujas principais vantagens são: a facilidade operacional e a garantia, origem e volume de recursos renováveis, permitindo sua permanente ampliação e continuidade.

Em agosto de 1975, foi aprovado pelo Presidente da República, a exposição de motivos nº 393 do Ministério da Educação e Cultura, instituindo dentro do sistema financeiro nacional, o Programa de Crédito Educativo, sob a Coordenação Executiva da Caixa Econômica Federal, o qual iniciou suas atividades ainda no mesmo ano.

Segundo LEITE (1974), este Programa baseou-se em experiências de outros países para formulação de um modelo operacional próprio, com os seguintes objetivos: buscar a igualdade de oportunidades educacionais; diminuir a evasão do ensino superior; proporcionar aos brasileiros de escassos recursos financeiros novas fontes de renda que lhes facilitem o acesso ao ensino superior; beneficiar os estudantes de estabelecimentos de ensino público e privado; possibilitar ao estudante seu autofinanciamento, gerando um grau de responsabilidade; obter melhoria na qualidade de ensino e obter maior rendimento acadêmico.

Observa-se, portanto, que o objetivo primordial do Programa foi o acesso e permanência do aluno no ensino superior, facilitando a dedicação plena dos alunos aos estudos, substituindo, através do crédito de manutenção, o tempo que ele teria que trabalhar para sobreviver por dedicação aos estudos.

De acordo com MELLO E SOUZA & FARO (1980), segundo os objetivos propostos, o Programa definiu inicialmente duas modalidades de operação: "manutenção e anuidade". O empréstimo "manutenção" foi idealizado na tentativa de reduzir as dificuldades de sustento dos alunos carentes, tanto na rede oficial como na privada. O valor deste empréstimo seria alterado

de acordo com o custo de vida e inflação. O empréstimo para "anuidade", cujo valor ficou fixado pelo próprio valor da anuidade estipulada pelo estabelecimento de ensino superior, em que o beneficiário estivesse matriculado.

O prazo de duração dos contratos era equivalente ao de duração média do curso, admitindo-se, em casos especiais, a tolerância de mais um (1) ano. O prazo de carência era de um (1) ano, contado a partir do término do prazo de utilização. Os juros da taxa nominal eram de 15% ao ano, capitalizados semestralmente durante o prazo de utilização e de carência, calculando-se a referida taxa, pelo sistema price. Durante o prazo de amortização, os juros eram de 12% ao ano para remuneração dos agentes financeiros e 3% ao ano destinados a formação do Fundo de Risco do Programa, utilizados no ressarcimento dos saldos devedores não resgatados, após esgotados todos os meios de cobrança.

O critério de seleção dos candidatos ao crédito educativo foi definido pelo Ministério da Educação e Cultura e baseou-se no índice de carência do candidato. Este índice de carência era determinado em função da renda bruta familiar do candidato, do número de componentes da família que vivem da mesma renda, dos valores de referência regionais, e uma constante destinada a abater pagamento de aluguel ou casa própria.

Com base nestes critérios de seleção a Caixa Econômica Federal, como gerenciador (administrador) do Programa, passou a selecionar os candidatos inscritos para serem atendidos de acordo com a disponibilidade da receita do Programa.

Diversas foram as fontes de financiamento do programa de crédito educativo federal em seu início, destacando-se: os recursos orçamentários do MEC e de outras fontes, a fundo perdido, que comporiam o fundo financeiro com vistas a custear a parte subsidiada, os depósitos compulsórios nos bancos comerciais até o limite de 1% e os recursos próprios da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Assim idealizado, o Programa de Crédito Educativo foi implantado no primeiro semestre de 1976 nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, abrangendo a maioria dos estados onde está concentrada parcela inferior a um quarto (1/4) da população universitária, e onde se localiza o maior índice de carência do país. No segundo semestre de 1976, o Programa foi estendido às regiões Sul e Sudeste, completando-se a sua implantação a nível nacional. (ÁPICE, 1979).

Em 1979 o Banco do Brasil retirou-se do Programa, da do os altos custos de administração para o Banco, e, a perspectiva de rentabilidade zero do investimento. Os Bancos Comerciais retiraram-se do Programa em 1980, o que fez com que a Caixa Econômica passasse a ser o único agente financeiro nele envolvido. Após seis (6) anos de implantação do programa a participação do MEC no seu financiamento, mostrou-se insuficiente, devido ao agravamento do processo inflacionário, a partir de 1978.

Segundo VELHO (1983) em dezembro de 1980, os custos reais do Programa de Crédito Educativo estavam muito além da previsão feita na época da implantação. O total de recursos envolvidos perfazia no computo geral, Cr\$ 17,5 bilhões, a preços correntes. Desta soma um

percentual de 33% correspondia a subsídios que deveriam ser cobertos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Ao estabelecerem, a taxa de juros em 15% ao ano, os idealizadores do Programa de Crédito Educativo enfatizavam o custo social do crédito, visto que, já em 1975 a taxa de inflação existente girava em torno de 30%. Aparentemente, não deve ter sido previsto que a inflação cresceria em proporções galopantes.

Para FARO & SOUZA (1980:7), de acordo com os cálculos estimativos feitos em 1979, mesmo que a taxa inflacionária tivesse sido fixada em torno de 30%, tomando por base o tempo de utilização, carência e amortização do empréstimo, o beneficiário restituiria ao programa apenas 48% da quantia recebida.

O financiamento então, era favorável ao beneficiário, mas muito pouco rentável ao programa, devido à alta taxa de juros no mercado e à elevada inflação.

Constata-se que os altos índices inflacionários constituíram um dos fatores intervenientes para o insucesso do programa de crédito educativo.

Outro fator que contribuiu para o crescimento da dívida do MEC para com a Caixa Econômica Federal e, conseqüentemente, para retração do Programa foram as altas taxas de inadimplência.

Em 1979, quando os primeiros alunos iniciaram a restituição dos empréstimos aos bancos, verificou-se a principal falha do Programa: inadimplência, pois, um (1) ano após a conclusão do curso superior o beneficiado pelo crédito educativo não

procurava a Caixa Econômica Federal para iniciar o pagamento de seu débito.

De acordo com CORREIO DO POVO (1980:17), em 1980, quase metade dos contratos em fase de amortização não estavam sendo pagos ou o eram com atrasos de dois (2) e três (3) meses. No início de 1981 a taxa de inadimplência atingia um total de 37%. Em agosto do mesmo ano, o programa apresentou uma taxa de inadimplência de 54%.

Segundo VELLOSO (1980), "a inadimplência é resultado das desigualdades implícitas no sistema de pagamento do crédito". Para o autor, os alunos de mais baixa condição econômica, por serem, em geral, egressos da rede particular de pior qualidade tendem a auferir menores salários no mercado de trabalho. Desta forma, esses alunos desembolsariam uma fração mais do que proporcionalmente maior de sua renda mensal para a amortização do empréstimo.

Entretanto, parte dos estudantes não amortizaram sua dívida por outras razões: alguns por entenderem que a dívida deveria ser perdoada, uma vez que defendem o ensino superior gratuito, outros continuam estudando em outros cursos, ou até mesmo desistiram do curso para o qual o crédito educativo tinha sido destinado, por perceberem que sua escolha foi indevida.

Para MELLO E SOUZA & FARO (1980), a não existência de avalista nos contratos de empréstimos tem sido outra crítica feita ao programa. A ausência de garantias reais tem contribuído para a alta taxa de inadimplência, restringindo a participação de novos estudantes.

Outro aspecto é a liquidez financeira do sistema, com taxa de juros crescente, além da correção monetária acompanhada de inflação galopante, tendo, como consequência, a diminuição de aplicação de recursos, no Programa, por parte do próprio governo e dos agentes financeiros.

Outrossim, uma das críticas mais freqüentes formula das ao Programa de Crédito Educativo é a de que sua finalidade original de reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais a nível de 3º grau, terminou por resultar numa forma de manutenção de uma rede de ensino de má qualidade.

Na realidade, existe um estrangulamento no financiamento da educação, com reflexos enormes nos cursos de nível superior, onde as escolas ainda são inacessíveis aos estudantes de poucos recursos financeiros. A função do Programa de Crédito Educativo Federal continua sendo um paliativo na correção desse estrangulamento, e tenderá a ser oportuno enquanto não houver um melhor direcionamento de recursos para os níveis escolares de 1º e 2º graus, que permitam a todos oportunidades iguais de acesso ao ensino superior.

No entanto, esses fatores e talvez ainda outros de menor porte, eclodiram numa insuficiência de recursos que contribuíram de certa forma para que, em 1983, houvesse um "break-out", ou seja, uma parada nas operações de crédito educativo, com objetivos claros de definição e reestruturação do Programa, face a nova realidade econômica do País.

As alterações introduzidas no atual Programa são: redução de juros de 15% para 6% ao ano, introdução da correção monetária parcial, equivalente a 80% das variações das ORTNs, a exigência de fiador e o alargamento do prazo para amortização duas vezes o tempo de utilização do Crédito.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

PROBLEMA DE PESQUISA

Ao analisar a implantação do Programa de Crédito Educativo Federal, sentiu-se a necessidade de se examinar os problemas que estão afetando seu funcionamento.

A questão central que norteou este estudo pode ser assim expressa:

Tem o Programa de Crédito Educativo Federal contribuído para a consecução de seus objetivos de acesso e permanência do aluno corrente no ensino superior?

Procurando reunir as considerações de caráter teórico até aqui feitas e visando estabelecer um marco de referência para as atividades de pesquisa empírica, foram estabelecidas as seguintes perguntas de pesquisa:

Quais os fatores que têm contribuído para as disfunções do programa?

Quais os custos e benefícios gerados pelo programa?

DEFINIÇÃO OPERACIONAL DE TERMOS

Este estudo inclui uma variedade de termos que necessitam uma maior explicação a fim de esclarecer seu entendimento. Os termos estão a seguir relacionados:

Acesso - possibilidade do aluno carente matricular-se em instituições de ensino superior já cumpridas as exigências de seleção via concurso de acesso (Vestibular).

Aluno Carente - aluno que se caracteriza por não possuir os recursos financeiros necessários para desenvolver estudos em instituições de ensino superior.

Anuidade - pagamento do custo/ano, envolvendo matrícula e mensalidade em instituições de ensino superior.

Disfunção - imperfeição ou deformação no funcionamento do programa, significando o disvirtuamento dos objetivos para os quais foi criado.

Manutenção - recurso financeiro destinado a auxiliar o pagamento das despesas pessoais do estudante. Esta modalidade estende-se, também, aos estudantes de escolas públicas.

Permanência - possibilidade do aluno carente conti
nuar seus estudos universitários até sua
conclusão.

Renda Reprimida - é a renda (montante de recursos) que
os estudantes deixam de ganhar por estarem
estudando no nível superior.

TIPOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se por ser um "estudo de caso".

Segundo BRUYNE (1977:205), estudo de caso é "uma reunião de informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possíveis com vistas a apreender a totalidade de uma situação".

Para ISAAC (1979:20), estudo de caso é um estudo intensivo, que mostra os antecedentes, o status corrente e as interações ambientais de uma dada unidade social: indivíduo, grupo, instituição ou comunidade.

Este tipo de investigação toma como base o desenvolvimento de um conhecimento idiográfico, isto é, que enfatiza a compreensão dos eventos particulares (casos).

De acordo com ANDRÉ (1984), algumas das características ou princípios gerais que são frequentemente associados ao "estudo de caso" são os seguintes:

- A compreensão do objeto se efetua a partir dos dados e em função deles;

- Estudos de caso procuram representar os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Neste tipo de estudo o pesquisado se propõe a res

ponder às múltiplas e geralmente conflitantes perspectivas envolvidas numa determinada situação. Ele o faz, principalmente, através da explicitação dos princípios que orientam as suas representações e interpretações dos informantes.

- Os estudos de caso procuram retratar a realidade de forma completa e profunda. Esse tipo de estudo pretende relevar a multiplicidade de dimensões presentes numa dada situação, focalizando-a como um todo, mas sem deixar de enfatizar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo.

No entanto, a sua característica mais distinta é a ênfase na singularidade, no particular. Isto implica que o objeto em estudo seja examinado como único, uma representação singular da realidade. No estudo em tela o foco de análise foi o Programa de Crédito Educativo Federal.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo da pesquisa foi o de desenvolver uma análise do Programa de Crédito Educativo Federal brasileiro, durante o período de 1976 a 1982, buscando os seguintes objetivos específicos:

Analisar o funcionamento do Programa e suas possíveis disfunções;

Verificar os custos e benefícios gerados pelo Programa, examinando as informações referentes à distribuição dos contratos, por modalidade (manutenção e anuidades) e dos recursos, por região;

Observar, através da análise comparativa com programas similares, possíveis contribuições que objetivem um funcionamento mais eficiente e eficaz.

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A metodologia de estudo centrou-se, principalmente, no levantamento e análise de dados secundários sobre o Programa de Crédito Educativo Federal. A principal fonte de dados foram os arquivos do Departamento de Crédito Educativo da Caixa Econômica Federal, órgão que gerencia o funcionamento do Programa. Um dos arquivos continha dados, a nível nacional, sobre todos os contratos firmados entre 1976 até 1982, por modalidade (manutenção e anuidade) e a localização geográfica do usuário. O outro arquivo referia-se aos contratos de inadimplência até o mês de dezembro de 1984, também por modalidade e localização geográfica. Ambos os arquivos incluem todos os contratos firmados no período compreendido entre 1976 a 1982, incluindo não só os que estão em vigência, como também os já em fase de amortização e já amortizados. Os dados foram agrupados em forma de tabelas e gráficos seguindo a ordem cronológica estabelecida pelo estudo de forma a permitir sua análise.

Informações mais específicas sobre o funcionamento do Programa foram obtidas através de entrevista com questões abertas obedecendo o roteiro que se constitui no Anexo nº 1. A entrevista pessoal foi realizada com dois especialistas na área do Crédito Educativo, senhores Herbert Guarani Calhaú, Assessor Especial da SESu/MEC e Daniel Juckowsky, Diretor Presidente da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil. A entrevista que objetivou obter de especialistas opinião sobre o

Programa de Crédito Educativo Federal foi realizada na 2ª.quinze na de janeiro de 1985 e foi dividida em duas etapas sucessivas:

- A primeira etapa estava direcionada mais especificamente ao funcionamento do Programa de Crédito Educativo Federal.
- A segunda etapa visou obter opiniões sobre o Programa de Crédito Educativo Federal, quanto a sua reestruturação e alterações objetivando maior eficiência e eficácia.

O resultado das entrevistas está resumido no Anexo nº 1 deste trabalho.

A análise dos dados foi realizada utilizando-se a estatística descritiva. Os dados secundários coletados foram agrupados em tabelas de frequência e gráficos de forma a facilitar a análise. Cada uma das tabelas e respectivos gráficos foram ordenados cobrindo o funcionamento do Programa no período de 1976 a 1982, especificando-se as modalidades da bolsa (manutenção e anuidade) por região brasileira e número de beneficiados.

No que se refere aos dados primários, resultantes das duas (2) entrevistas realizadas, foram os mesmos sintetizados de forma a facilitar seu uso neste trabalho. (Vide Anexo nº 1)

As demais informações necessárias foram complementadas com a coleta documental, isto é, dados secundários, extraídos dos arquivos da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Os dados foram agrupados em forma de tabelas e gráficos seguida a ordem cronológica estabelecida pelo estudo de forma a permitir sua análise.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas ao se examinar, seu resultado a saber:

- limitada bibliografia na área. Praticamente inexistem estudos aprofundados diretamente relacionados ao Crédito Educativo no Brasil;
- limitação de dados sobre o Programa de Crédito Educativo Federal pela Caixa Econômica Federal;
- impossibilidade de obtenção de dados referentes aos tipos de instituição beneficiada pelo Programa e os tipos de curso acadêmico oferecidos pelas mesmas e respectivas áreas do conhecimento em que se inserem.

No entanto, apesar destas limitações, o presente estudo caracteriza-se por um esforço de análise de um problema que tem merecido pouca atenção dos estudiosos.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo é inicialmente traçado um paralelo entre a evolução da rede pública e privada de ensino superior brasileiro. Posteriormente, é desenvolvida uma análise do Programa de Crédito Educativo Federal como instrumento de apoio ao estudante carente e, conseqüentemente, como fonte de financiamento do ensino superior.

Como se pode observar na Tabela 1, a distribuição das instituições de ensino superior privadas e instituições de ensino superior públicas por região é a seguinte:

TABELA 1 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR REGIÃO - BRASIL - 1982

Região Geográfica	UNIVERSIDADES		FED. ISOLADAS		TOTAL		TOTAL GERAL
	Púb.	Partic.	Púb.	Partic.	Púb.	Partic.	
Norte	4	-	6	2	10	2	12
Nordeste	14	3	51	33	65	36	101
Sudeste	16	10	98	457	114	467	581
Sul	9	6	59	84	68	90	158
Centro-Oeste	4	1	6	19	10	20	30
Brasil	47	20	220	595	267	615	882

Fonte: CODEINF/SESu/MEC/1982

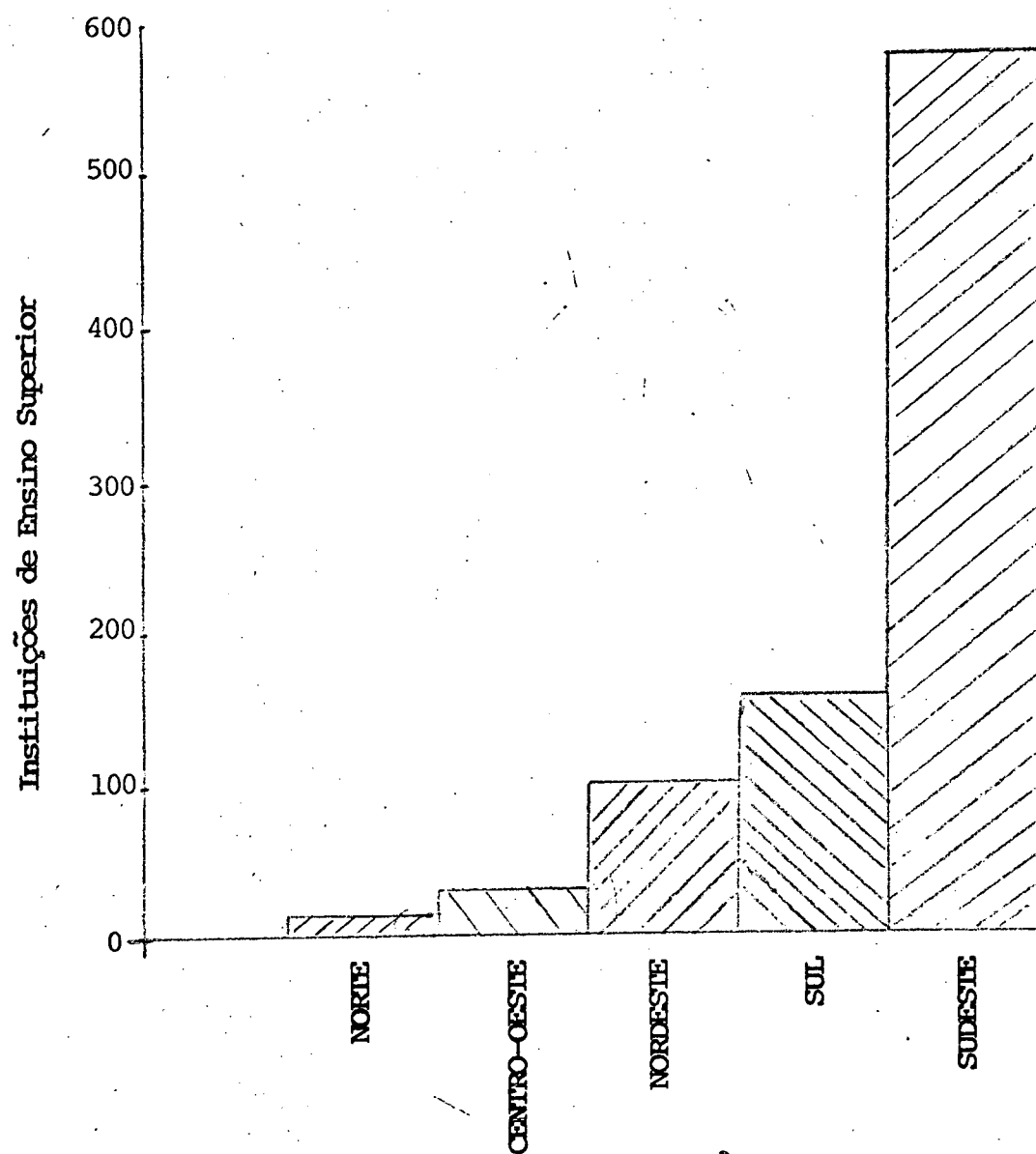
Observa-se que existia uma maior concentração de instituições de ensino superior públicas e privadas na regiões Sul e Sudeste, onde há um maior contingente populacional e, consequentemente uma maior demanda.

O gráfico 1 mostra a distribuição das Instituições de Ensino Superior nas diversas regiões do Brasil. O que vem demonstrar o contraste entre a região Sudeste com uma grande concentração de instituições e o Norte e Centro-Oeste com um reduzido número de instituições.

No cômputo geral somam-se 882 instituições de ensino superior, das quais 267 são instituições públicas e 615 são instituições privadas, as quais são frequentadas pela grande maioria da população estudantil, dado alguns fatores intervenientes como: facilidade de acesso e maior número de vagas, dentre outros.

No Brasil, o ingresso nas Universidades sofre um efeito decorrente do nível sócio-econômico das famílias, isto é, ocorre uma seleção sócio-econômica ao longo do sistema educacional. Aqueles que têm maiores recursos financeiros completam o 1º e 2º graus nas melhores escolas, geralmente particulares, e assim preparados disputam com vantagens as vagas nas instituições públicas de ensino superior, que são gratuitas e de melhor qualidade. Aquelas pessoas que não possuem condições financeiras de ter um embasamento adequado pré-universitário adequado, inexoravelmente se dirigem às escolas superiores particulares.

MELLO e SOUZA (1979) destaca que as condições sócio-econômicas do País e dos pais são fatores decisivos na determinação da quantidade e qualidade da escolarização recebidas pelo indivíduo.

GRÁFICO 1 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - 1982

Fonte: CODEINF/SESu/MEC

Outra contradição deste processo de expansão do ensino superior brasileiro está no fato que as massas que ascenderam ao ensino superior tiveram que, via de regra, assumir o ônus financeiro dos custos deste ensino. Assim, o problema não está em ser pago ou gratuito o ensino, mas na sua distribuição anti-democrática e anti-social, exacerbando uma seletividade e um elitismo já existentes em graus anteriores de ensino.

Como se pôde observar na literatura, os indivíduos de menor poder aquisitivo, geralmente são os candidatos ao Programa de Crédito Educativo Federal, formando o grande número de pessoas que têm ingressado em cursos superiores nas instituições privadas nos últimos anos.

Na Tabela 2, observa-se a evolução e a distribuição das matrículas nas instituições de ensino superior públicas e privadas, a quantidade de estudantes inscritos no Programa de Crédito Educativo Federal e a relação percentual entre inscritos no Programa de Crédito Educativo Federal e matriculados nas instituições de ensino superior por região no período de 1976/82.

Como se observa através do exame da Tabela 2, existe maior predominância de matrículas no ensino superior nas regiões Sul e Sudeste, onde se concentra o maior número de instituições. Por outro lado, o maior percentual de inscritos (18% e 22%) no Programa de Crédito Educativo Federal, se concentra nas regiões Norte e Nordeste, o que revela maior grau de carência da classe estudantil destas regiões. Na região Centro-Oeste, a percentagem de inscritos situa-se numa posição intermediária (13%) em re

T A B E L A - 02

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS E PRIVADAS E O NÚMERO DE INSCRITOS NO PROGRAMA DE CRE-
DITO EDUCATIVO FEDERAL POR REGIÃO - 1976/1982.

A N O	NORTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE			SUDESTE			SUL			TOTAL GERAL		
	MATRÍ- CULAS	INSCRI- ÇÕES	%	MATRÍ- CULAS	INSCRI- ÇÕES	%	MATRÍ- CULAS	INSCRI- ÇÕES	%	MATRÍ- CULAS	INSCRI- ÇÕES	%	MATRÍ- CULAS	INSCRI- ÇÕES	%	MATRÍ- CULAS	INSCRI- ÇÕES	%
1976	23.010	10.577	46	153.426	83.766	55	54.062	15.290	28	666.791	46.502	7	198.438	20.516	10	1095.727	176.651	16
1977	24.698	7.386	30	179.237	63.979	36	57.974	12.590	22	705.780	95.256	13	191.357	45.188	24	1159.046	224.399	19
1978	26.723	5.775	22	192.941	51.267	27	62.036	10.784	17	743.593	75.966	10	204.906	33.500	16	1230.199	177.292	14
1979	27.310	3.948	14	203.592	38.327	19	60.875	5.560	9	802.062	59.508	6	217.960	22.298	17	1311.799	119.641	9
1980	29.456	2.939	10	218.601	29.682	14	67.017	4.777	7	832.456	47.774	6	229.756	19.176	8	1377.286	104.348	8
1981	31.157	2.964	10	217.894	22.713	10	67.227	4.546	7	825.803	56.427	7	244.712	19.712	8	1386.793	106.362	8
1982	32.736	2.135	7	220.174	18.394	8	66.762	3.587	5	828.664	51.953	6	259.651	18.020	7	1407.986	94.089	7
TOTAL	195.090	35.724	18	1385.865	308.128	22	435.952	57.134	13	5405.149	423.386	8	1546.78	178.41	12	8968.836	1002.782	11

Fonte: CEF/DEPCE - 1985

lação as outras regiões. As regiões Sul e Sudeste apresentam um percentual menor (12% e 8%, respectivamente) de inscritos no Programa.

Quanto ao número de alunos inscritos no Programa, observa-se que ocorreu um crescimento entre 1976/77, passando de 16% para 19%, tendo, a partir de então, sofrido constantes decréscimos. Cabe salientar que o Programa de Crédito Educativo nas regiões Sul e Sudeste foi iniciado apenas no segundo semestre de 1976. A relação percentual em 1976 é obtida considerando-se o número de alunos inscritos no segundo semestre e o número de alunos matriculados ao longo de todo o ano.

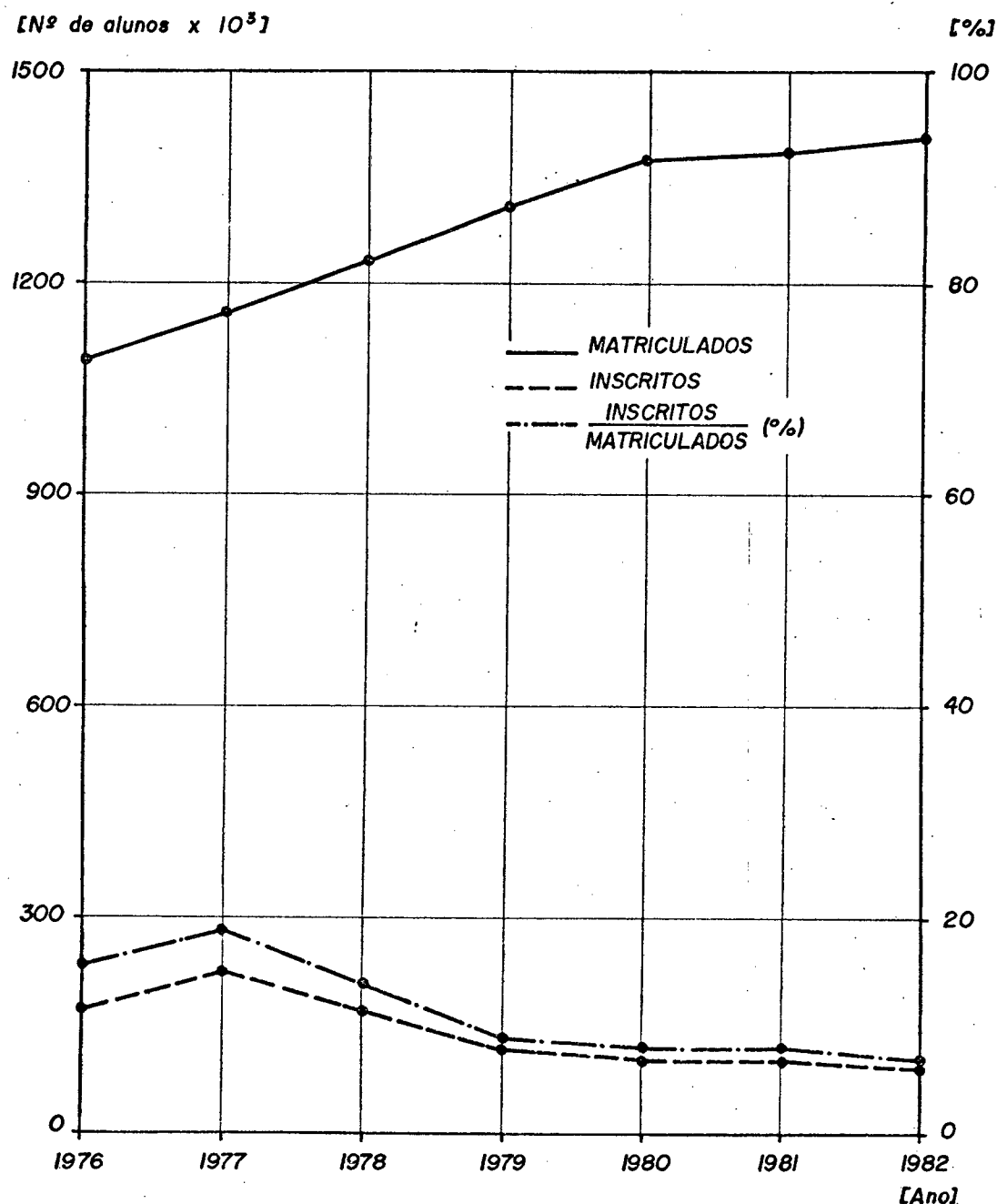
Se for multiplicado o número de alunos inscritos no segundo semestre de 1976 por dois (2) e dividido pelo número de alunos matriculados ao longo de todo o ano, obtém-se um total de 353.302 alunos inscritos no programa, gerando um percentual de 32,2%. Isto demonstra que já a partir de 1977 houve diminuição de inscrições no Programa de Crédito Educativo.

Esta diminuição deveu-se principalmente ao aumento da taxa inflacionária, a partir de 1977, a qual fez com que o valor da modalidade "manutenção" se tornasse um valor irrisório para os mutuários (vide Tabela 3).

O gráfico 2 mostra a relação entre alunos matriculados nas instituições de ensino superior e alunos inscritos no Programa de Crédito Educativo Federal entre 1976 a 1982, e a percentagem de ambos.

Observa-se que as matrículas nas instituições de en-

GRÁFICO 2 - Alunos matriculados nas IES e alunos inscritos no PCE entre 1976 a 1982 ,
em todas as regiões brasileiras.



sino superior tiveram um crescimento mais significativo entre 1976 a 1980, ocorrendo logo após um período de crescimento reduzido ou quase estagnação correspondendo ao período de 1980 a 1982; Há diversos fatores presentes no contexto sócio-econômico a saber: recrudescimento inflacionário, desemprego dentre outros, ocasionando um desencanto pelo ensino superior.

Um aspecto que provavelmente confirma "o desencanto pelo ensino superior" é que as instituições de ensino superior limitaram as possibilidades de mobilidade ocupacional a uma camada extensa da população, dada as características dos cursos oferecidos pelas instituições em oposição às características dos empregos disponíveis, isto é, a compatibilidade da necessidade do mercado de trabalho versus a natureza dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior.

Na Tabela 3 verifica-se a evolução do Crédito Educativo, modalidade "manutenção", em relação a evolução do salário mínimo no Brasil.

**TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO DE MANUTENÇÃO EM RELAÇÃO
À EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO: BRASIL, 1976/
1982. (em cruzeiros).**

ANO	A CRÉDITO DE MANUT.	B SALÁRIO MÍNIMO	A/B (RELAÇÃO)
1976	500,00	455,44	109%
1977	860,00	656,64	130%
1978	900,00	967,04	93%
1979	1.100,00	1.645,40	67%
1980	1.100,00	3.568,20	31%
1981	1.100,00	8.464,80	13%
1982	1.100,00	16.608,00	7%

Fonte: Arquivo de contratos de anuidades e manutenção

OBS.: Valor da manutenção e do salário mínimo em cruzeiros

NOTA: Média aritmética simples dos salários mínimos regio
nais, em cada período.

Conforme se observa na Tabela 3, nos anos de 1976, 1977 e 1978 principalmente, o Programa de Crédito de "manutenção" assumiu valores semelhantes ao do salário mínimo, muito embora este não se constitua de fato em salário atraente para o trabalhador, também não o sendo para um indivíduo com o 2º grau completo e, portanto, apto a ingressar no 3º grau. É provável mesmo que este indivíduo pudesse entrar no mercado de trabalho e auferir salários muito superiores ao mínimo regional.

A expectativa de melhores salários ao término do curso superior, o próprio status que o curso confere, somados à possibilidade de obter um crédito de manutenção, contribuíram para que uma razoável parcela de pessoas, de classes menos abastadas, ingressassem no terceiro grau, no período de 1976/78. Isto ocorreu principalmente naquelas regiões mais pobres onde o Crédito Educativo assumiu valores proporcionalmente mais altos que o salário mínimo vigente, ou seja, Norte e Nordeste.

Neste particular, o Programa de Crédito Educativo contribuiu para redução das desigualdades de oportunidades no ensino superior, isto é, estimulou a busca ao ensino superior pelas camadas sociais menos favorecidas. Contudo, convém destacar o que observa CALHAU (1985), ou seja, que o processo de seleção utilizado pelo Programa, recebe informações incompletas dos candidatos, prejudicando uma real seleção sócio-econômica necessária para identificar os mais carentes.

Mas todas essas expectativas só seriam viáveis se os valores desse crédito fossem mantidos em níveis tais que pudessem garantir de fato a subsistência dos seus beneficiados para que ocorresse a efetiva permanência no ensino superior.

No entanto, a modalidade "manutenção" tendeu a aviltar-se frente aos reajustes dos salários mínimos, tornando-se uma bolsa de valor irrisório ao beneficiário e gerando, conseqüentemente, desmotivação pelo Programa de Crédito Educativo, especialmente em regiões onde o número de instituições de ensino superior particulares era ainda inexpressivo como Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na Tabela 4 observa-se o número de alunos inscritos no Programa de Crédito Educativo, o número de alunos selecionados pelo Programa e a relação entre selecionados e inscritos no período de 1976/82.

Conforme está demonstrado na Tabela 4, os maiores percentuais médios de alunos selecionados em relação aos inscritos encontrava-se nas regiões Norte e Nordeste (68% e 67%, respectivamente). As regiões Sul e Centro-Oeste apresentavam valores intermediários (51% e 55%, respectivamente) e a região Sudeste apresentava o menor percentual, ou seja, 44%. Entre 1976 e 1982, o valor médio de selecionados em relação ao número de inscritos foi de 54%.

Observa-se, porém, que apenas nos dois primeiros anos de funcionamento (1976/77) o Programa de Crédito Educativo Federal teve grande demanda. Uma das causas da baixa demanda do Programa foi a diminuição do valor da bolsa de modalidade "manutenção", que no início, (1976), era de 109%, chegando a atingir em (1977) 130%, ultrapassando o valor do salário mínimo regional. Em 1980 o valor da bolsa de manutenção correspondia a 31% do salário mínimo regional vigente (vide Tabela 3 e comentários).

De 1978 a 1980, a relação de alunos inscritos e selecionados permaneceu estável, representada por um percentual de 50%. O que se deve face ao agravamento do processo inflacionário, ocorrido após 1978, que mudou as previsões feitas acerca dos subsídios do programa. A partir de 1981 a relação entre alunos inscritos e selecionados reduziu-se para aproximadamente 20%.

T A B E L A - 04
DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E SELECIONADOS PELO
PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO FEDERAL NO BRASIL POR REGIÃO -
1976/1982.

ANO	NORTE		NORDESTE		CENTRO-OESTE		SUDESTE		SUL		TOTAL GERAL						
	INSCRITOS	SELECIO- NADOS	INSCRITOS	SELECIO- NADOS	INSCRITOS	SELECIO- NADOS	INSCRITOS	SELECIO- NADOS	INSCRITOS	SELECIO- NADOS	INSCRITOS	SELECIO- NADOS					
1976	10.577	10.013	83.766	79.306	95	15.290	14.280	93	46.502	40.688	87	20.516	18.465	90	176.651	162.752	92
1977	7.386	5.873	63.979	46.694	73	12.590	8.004	64	95.256	60.282	63	45.188	30.143	67	224.399	150.996	67
1978	5.775	3.143	51.267	29.102	57	10.784	3.904	36	75.966	24.921	33	33.500	13.597	41	177.293	74.667	42
1979	3.948	2.149	38.327	22.037	57	5.560	2.254	41	49.508	22.198	45	22.298	12.266	55	119.641	60.904	50
1980	2.939	1.664	29.682	16.901	57	4.777	1.876	39	47.774	20.655	43	15.176	9.649	50	104.348	50.745	48
1981	2.964	891	22.713	7.656	34	4.546	644	14	56.427	8.811	16	19.712	3.669	19	106.362	21.671	20
1982	2.135	566	18.394	6.283	34	3.587	443	12	51.953	10.610	20	18.020	3.847	21	94.089	21.749	23
TOTAL	35.724	25.299	308.128	207.979	67	57.134	31.405	55	423.386	188.165	44	178.410	91.636	51	1002.782	543.484	54

FONTE: CEF/DECE - 1985

Observa-se que o número de alunos inscritos diminuiu sensivelmente ao longo dos anos, isto é, de 1978 a 1982, o número de alunos selecionados em relação ao número de inscritos também decaiu. Isto ocorreu devido ao fato de o Banco do Brasil ter-se retirado do Programa em 1979, o mesmo fazendo os Bancos Comerciais em 1980 daí resultando um menor volume de recursos ao Programa. Somam-se a isto, outras razões como os altos custos administrativos do Programa e a perspectiva de rentabilidade zero do investimento. Com isto, a Caixa Econômica Federal passou a ser o único agente financeiro envolvido no Programa.

Para CALHAU (1985), os idealizadores do Programa de Crédito Educativo Federal ao estabelecerem a taxa de juros de 15% ao ano, tinham a intenção de evidenciar o cunho social do programa, visto que, já em 1975 a taxa de inflação girava em torno de 30%. O que evidentemente não estavam previstas eram as altas taxas inflacionárias ocorridas e outros atrativos de investimento no mercado financeiro a partir de 1977.

Este fato vem corroborar a estimativa realizada por FARO E SOUZA (1979), de que mesmo que a taxa inflacionária fixada pelo Programa em torno de 30% fosse verdadeira, tomando-se por base o tempo de utilização, carência e amortização do empréstimo, o beneficiário pagaria, em termos reais, somente 48% da quantia recebida.

Com isto elevou-se significativamente o nível de subsídio aos usuários do Programa.

Assim, o financiamento foi altamente favorável ao be-

neficiário, mas muito pouco ao Programa, comprometendo o caráter de "fundo rotativo" que o caracteriza devido a alta taxa de juros no mercado e as elevadas taxas inflacionárias. Ficou assim comprometida a reposição do fundo rotativo face a defasagem dos juros cobrados e os juros de mercado.

Através do gráfico 3. pode-se observar e analisar melhor o decréscimo do número de candidatos selecionados pelo programa no decorrer do período de 1976/82. O que demonstra o grande desinteresse pelo Programa por parte da classe estudantil.

Observa-se também que houve redução na demanda ao Programa após 1978, face a redução do valor do crédito de "manutenção" e a mudança brusca no suporte financeiro do Programa, isto é, a retirada dos Bancos Comerciais e do Brasil diminuindo dessa forma, o número de selecionados, e, conseqüentemente, reduzindo o volume de recursos alocados ao Programa.

A Tabela 5. mostra a distribuição dos contratos em fase de amortização, isto é, aqueles já utilizados e com prazo de carência já vencido e os contratos inadimplentes.

Ao se examinar a distribuição de inadimplência por região, verifica-se que os maiores índices de inadimplência são encontrados nas regiões Norte com (60%), Nordeste com (57%) e Centro-Oeste com (57%), o que indica que os egressos das regiões mais pobres encontravam, relativamente a dívida com o Programa de Crédito Educativo Federal face a um mercado de trabalho mais reduzido. Por outro lado, as regiões mais desenvolvidas, isto é, Sul e Sudeste apresentavam um menor índice de inadimplência (32% e 49%).

GRÁFICO 3 - Alunos inscritos e selecionados pelo programa de crédito educativo entre 1976 a 1982, em todas as regiões brasileiras.

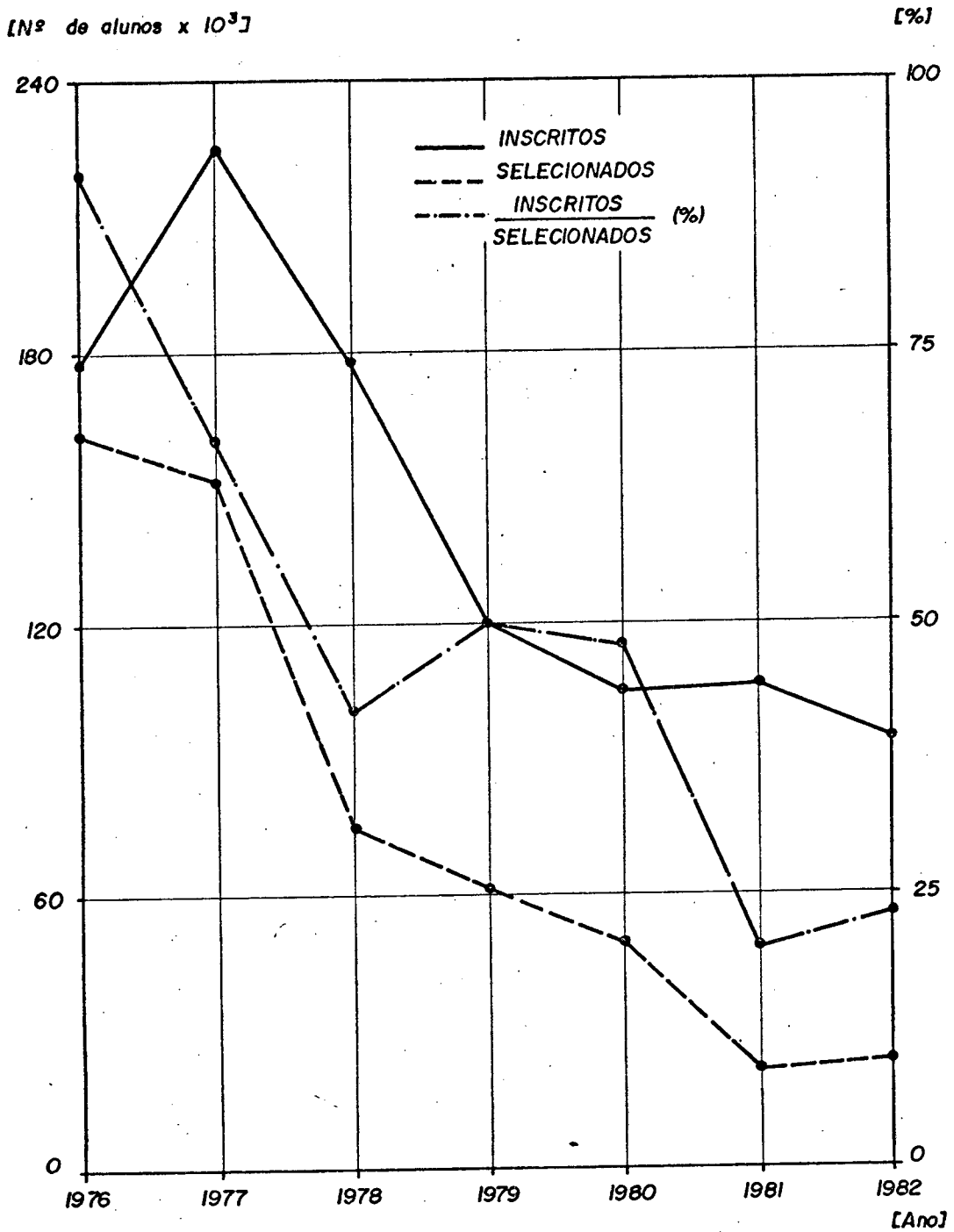


TABELA - 05

DISTRIBUIÇÃO DE CONTRATOS EM FASE DE AMORTIZAÇÃO (ANUIDADE/MANUTENÇÃO)
E TOTAL DE CONTRATOS INADIMPLENTES (ANUIDADE/MANUTENÇÃO) DO PROGRAMA
DE CRÉDITO EDUCATIVO FEDERAL NO BRASIL POR REGIÃO - 1979/1984.

ANO	NORTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE			SUDESTE			SUL			TOTAL		
	AMORTI- ZAÇÃO	Nº TOTAL INADIMP.	%	AMORTI- ZAÇÃO	Nº TOTAL INADIMP.	%	AMORTI- ZAÇÃO	Nº TOTAL INADIMP.	%	AMORTI- ZAÇÃO	Nº TOTAL INADIMP.	%	AMORTI- ZAÇÃO	Nº TOTAL INADIMP.	%	AMORTI- ZAÇÃO	Nº TOTAL INADIMP.	%
1979	5.096	3.910	76	38.941	28.245	72	9.018	6.163	68	34.504	18.756	54	16.816	7.650	45	104.375	64.724	62
1980	7.859	5.912	75	58.817	37.592	63	11.741	6.783	58	46.947	25.037	53	21.458	8.618	40	146.822	83.822	57
1981	10.043	7.416	73	92.427	46.783	51	14.458	7.947	55	56.942	31.672	55	30.161	11.103	37	204.031	104.921	51
1982	11.922	8.213	69	92.765	66.993	72	16.500	8.602	52	75.957	37.577	49	34.922	10.998	31	232.066	132.383	57
1983	13.439	8.701	65	119.775	66.437	55	17.435	9.375	54	87.257	41.622	48	40.040	13.507	34	277.946	139.642	50
1984	13.443	8.352	60	125.812	72.371	57	16.317	9.269	57	86.008	42.698	49	39.658	12.679	32	281.238	145.369	51

FONTE: CEF/DEPCE - 1985

OBS.: Uma vez que o programa teve início em 1976, somente em 1979 (4 anos após) iniciou-se o reembolso de parte dos usuários do programa.

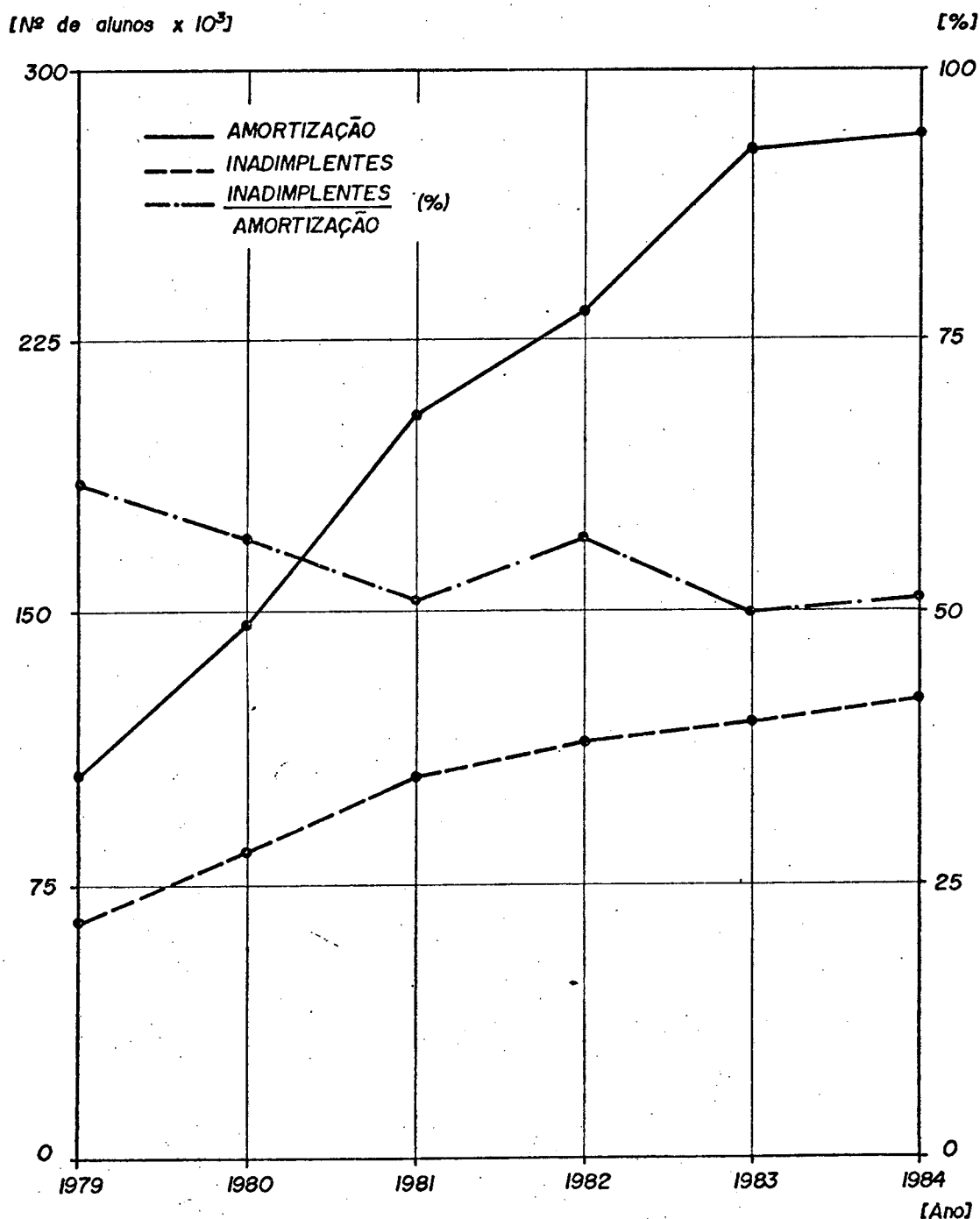
O gráfico 4 mostra o índice de inadimplência por região, no qual pode-se visualizar melhor estes índices ao longo dos anos de 1979 a 1984.

Apesar da percentagem de inadimplentes estar diminuindo ao longo dos anos, o seu índice ainda é muito elevado. Em 1984, mais da metade, ou seja, 51% dos contratos em fase de amortização não estavam sendo pagos ou o eram com atrasos de 2 a 3 meses.

Em casos especiais, se o mutuário não teve condições de saldar seu compromisso, era autorizada a composição da dívida, após minuciosa análise econômica-financeira da situação do grupo familiar, mediante ampliação do prazo de carência e/ou ampliação do prazo de pagamento, observando-se assim, os mesmos princípios sociais adotados quando da concessão do financiamento.

Entende-se, portanto, que é dentro desta estrutura de desigualdades no campo do ensino superior que o Programa de Crédito Educativo Federal pode significar uma medida estreita de redução de desigualdades a que VELLOSO (1980) se refere em seu estudo. Se há uma maior concentração dos beneficiários do Crédito em instituições de ensino de mais baixa qualidade, e, principalmente, em áreas de conhecimento de menor prestígio social, provavelmente o Programa está tendo um efeito muito pequeno na diminuição das desigualdades de oportunidades educacionais. É provável que o grande beneficiário pode estar sendo a rede privada de ensino que vê, através do Programa, uma garantia de pagamento de uma receita que ela não teria se dependesse dos recursos próprios do alunado.

GRÁFICO 4 - Número de contratos em fase de amortização e número de contratos inadimplentes do programa de crédito educativo federal entre 1979 a 1984 nas Regiões Brasileiras.



Segundo CALHAU (1985), as Instituições privadas estão sendo beneficiadas com o Programa de Crédito Educativo para assegurar a sua sustentação financeira e não somente os alunos.

No entanto, várias foram as causas do não pagamento do débito pelos alunos (beneficiados) pelo Programa, dentre elas: o descompasso dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior versus as necessidades do mercado de trabalho, recessão econômica e desemprego, a desistência do aluno do curso superior escolhido e a própria atitude do aluno em relação ao pagamento do ensino superior. Sabe-se, por outro lado, que existe no meio estudantil uma bandeira de luta que defende a gratuidade do ensino público em todos os níveis.

Outro aspecto que influenciou a alta taxa de inadimplência foi o desemprego desta clientela estudantil criado pela recessão econômica. Em 1981 e 1982 a taxa de desemprego girava em torno 8,2% e a taxa inflacionária em 1981 era de 110,2% e em 1982 era de 131%, o que contribuiu cada vez mais para a inviabilidade do Programa (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1981-82).

Uma das críticas mais frequentes sobre o Programa de Crédito Educativo é a de que sua finalidade original de reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais, a nível de 3º grau, terminou por resultar numa medida de manutenção de uma rede de ensino de má qualidade.

Segundo CALHAU (1985), uma rede de ensino criada (*laissez-faire*) para atender uma clientela reprimida dos anos 68/69, se especializou na área humanística, dada a falta de laboratórios,

bibliotecas, espaço físico dentre outros. Desta forma, gerou cursos de fácil acesso, e de baixo custo operacional para a instituição de ensino e, conseqüentemente, para a sua clientela.

A não existência de avalista nos contratos de empréstimos foi outra causa do alto índice de inadimplência, restringindo a participação de novos estudantes. Isto porque, o avalista é, sem dúvida mais uma forma de pressão para que o beneficiado pague o seu débito ao programa de crédito educativo.

Este é um procedimento largamente utilizado pelo Programa APLUB (Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil), sendo que o empréstimo não é concedido sem a assinatura do avalista. Este fato, segundo JUCKOWSKY (1985), tem contribuído para a baixa taxa de inadimplência do Programa, ou seja, uma taxa de 1,5%. Observa-se também que é um fator positivo em favor da baixa taxa de inadimplência, sendo que o Programa APLUB atende outro tipo de clientela, em áreas onde há um maior mercado de trabalho e, conseqüentemente, a uma maior restituição do empréstimo estudantil do crédito educativo.

O aumento dos subsídios implicitamente concedidos ao programa acarretado por altas taxas de inflação e juros de mercado crescentes, sem uma correspondente contrapartida de recursos do Ministério da Educação, resultou no aumento da dívida deste para com a Caixa Econômica Federal.

Na Tabela 6 vê-se uma comparação entre os contratos de anuidade inadimplentes e os gastos referentes aos mesmos. Em

TABELA - 06

**DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS DE ANUIDADE INADIM
PLENTES DO PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO E O SEU CUSTO
POR REGIÃO - 1979/1984.**

ANO	NORTE		NORDESTE		CENTRO-OESTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	CONTRATOS INADIMP. (ANUIDADE)	CUSTO CR\$	CONTRATOS INADIMP. (ANUIDADE)	CUSTO CR\$	CONTRATOS INADIMP. (ANUIDADE)	CUSTO CR\$	CONTRATOS INADIMP. (ANUIDADE)	CUSTO CR\$	CONTRATOS INADIMP. (ANUIDADE)	CUSTO CR\$	CONTRATOS INADIMP. (ANUIDADE)	CUSTO CR\$
1979	809	3.646.789,44	9.771	35.242.325,67	2.722	9.678.867,55	10.059	60.602.125,85	3.487	13.232.521,30	26.848	122.402.429,81
1980	1.377	11.474.760,02	12.882	72.778.400,21	2.882	16.615.199,30	13.261	123.996.982,20	3.848	22.080.769,73	34.250	246.946.111,50
1981	1.765	23.220.624,70	16.715	131.485.163,80	3.362	330.627.897,40	16.820	231.173.898,20	5.433	38.506.137,78	44.095	755.013.721,92
1982	2.014	40.670.014,91	30.318	242.657.274,70	3.588	45.548.450,52	19.988	423.917.770,10	4.710	66.465.568,77	60.618	819.259.079,11
1983	2.188	71.231.004,92	24.231	455.958.633,00	3.962	82.122.775,55	22.466	792.444.829,70	6.407	118.257.149,80	59.254	1520.01439,22
1984	2.205	122.145.782,60	26.847	838.495.167,62	3.966	127.141.736,50	23.236	1415.801.722,20	6.051	197.822.374,10	62.305	2701.40678,13

FONTE: CEF/DEPCE - 1985

1979, o número de contratos inadimplentes da modalidade "anuidade" era de 26.848 e o volume de recursos de Cr\$ 122.402.429,81 (Cento e vinte e dois milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e vinte e nove cruzeiros e oitenta e um centavos). Em 1984, o número de contratos inadimplentes da modalidade "anuidade" era de 62.305 e o volume de recursos de Cr\$ 2.701.406.783,02 (Dois bilhões, setecentos e um milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e oitenta e três cruzeiros e dois centavos). Isto mostra que, apesar do aumento de contratos inadimplentes, o valor a ser ressarcido pelos contratantes do Programa de Crédito Educativo, diminuiu dada a falta de juros e correção monetária atualizada, contribuindo desta forma para a inviabilização do Programa. Nestes valores não estão computadas as novas contratações que estavam sendo feitas com os candidatos selecionados após 1982.

Observa-se, ainda, que a região Sudeste apresentou os maiores gastos, absorvendo um total de recursos de Cr\$ 1.415.801.722,00 (Hum bilhão, quatrocentos e quinze milhões, oitocentos e um mil, setecentos e vinte e dois cruzeiros), em 1984. Isto se deve ao fato de que nesta região existe um maior número de Instituições de Ensino Superior Privadas.

Na Tabela 7, se observa a comparação entre os contratos de "manutenção" do Programa de Crédito Educativo inadimplentes e os gastos referentes aos mesmos.

Em 1979, o número de contratos inadimplentes da modalidade "manutenção" era de 3.101 e o volume de recursos alocados era de Cr\$ 221.610.425,91 (Duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e dez mil e quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros e no-

T A B E L A - 07
DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS DE MANUTENÇÃO INADIMPLENTES
DO PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO E O SEU CUSTO POR REGIÃO-1979/
1984.

ANO	NORTE		NORDESTE		CENTRO-OESTE		SUDESTE		SUL		SUL	
	CONTRATOS INADIMP. (MANUT.)	CUSTO	CONTRATOS INADIMP. (MANUT.)	CUSTO	CONTRATOS INADIMP. (MANUT.)	CUSTO	CONTRATOS INADIMP. (MANUT.)	CUSTO	CONTRATOS INADIMP. (MANUT.)	CUSTO	CONTRATOS INADIMP. (MANUT.)	CUSTO
1979	3.101	19.060.989,11	18.474	110.460.07690	3.441	20.539.50627	8.697	48.927.788,42	4.163	22.236.065,24	37.876	221.610.42591
1980	4.535	44.043.572,18	24.714	228.115.39660	3.901	35.275.103,21	11.776	97.800.925,88	4.770	37.158.729,33	49.696	442.393.72720
1981	5.651	136.756.476,70	30.068	386.585.28720	4.585	55.396.830,24	14.852	174.317.628,60	5.670	60.559.564,69	60.826	813.615.78741
1982	6.199	113.586.245,20	36.675	625.904.14610	5.014	80.707.803,99	17.589	277.969.726,30	6.288	88.826.791,63	71.765	961.090.56712
1983	6.513	155.909.187,30	42.204	952.132.45571	5.413	112.914.81700	19.394	300.773.560,91	7.098	126.470.723,60	80.622	1648.20074530
1984	6.147	200.969.887,12	45.524	1320.784.56322	5.303	139.180.79670	19.462	520.580.016,71	6.628	151.081.780,42	83.064	2332.59704412

FONTE: CEF/DEPCE - 1985

venta e um centavos). Em 1984, o número de contratos inadimplentes da modalidade "manutenção" era de 6.147 e o volume de recursos de Cr\$ 2.332.597.044,12 (Dois bilhões, trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quarenta e quatro cruzeiros e doze centavos). Isto mostra que apesar do valor da modalidade "manutenção" ter estacionado a partir de 1979 o número de contratos de manutenção, continuou a aumentar sucessivamente, lógico de uma maneira mais moderada.

Observa-se que a região Nordeste foi aquela que absorveu o maior número de contratos de manutenção somando um total de Cr\$ 1.320.784.563,00 (Hum bilhão, trezentos e vinte milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e três cruzeiros).

Com a diminuição do valor da modalidade "manutenção" os candidatos começaram a reduzir o interesse pelo Programa de Crédito Educativo Federal gerando, como consequência, a inviabilidade do Programa, face ao não pagamento dos empréstimos e, principalmente, pelo seu maior objetivo não viabilizado, "a rotatividade do fundo", que suporta o Programa de Crédito Educativo.

No entanto, o Programa de Crédito Educativo não deve ser considerado uma panacéia para todos os problemas do financiamento do ensino superior. É necessário manter outros tipos de ajuda estudantil, por serviços específicos em campos prioritários para o País, bem como em forma de bolsas ou doações, programas cooperativos com a indústria, comunidade rural, dentre outros.

Há, contudo a necessidade de se aperfeiçoar o funcionamento do Programa atualmente existente.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

O propósito deste capítulo é apresentar as conclusões deste estudo e oferecer recomendações para futuras pesquisas na área.

Neste estudo buscou-se analisar o funcionamento do Programa de Crédito Educativo Federal no período de 1976 a 1982. O Programa tem sido alvo de constantes críticas, referentes ao aspecto operacional, especialmente porque existem experiências na área desenvolvidas com eficiência e eficácia. Diante destas críticas e com objetivo de melhor analisar este problema, foram formuladas as seguintes questões de pesquisa:

Quais os fatores que têm contribuído para as disfunções do Programa?

Diversos fatores contribuíram para as disfunções do Programa. A princípio deve-se examinar o contexto político-econômico em que foi criado o Programa de Crédito Educativo Federal. Observou-se, no entanto, que o Programa teve duas razões principais para sua criação: a primeira se refere à autorização dada pelo Conselho Federal de Educação para a grande expansão da rede privada de ensino superior que teve lugar especialmente no período de 1968 a 1974. Isto fez com que o próprio Governo Federal se confrontasse com a questão do financiamento desta nova clientela ávida pelo ensino superior. Assim, o segundo motivo está ligado à necessidade de se financiar alunos, geralmente oriundos de classes sociais menos favorecidas, que então passaram a ter aces

so ao ensino superior, porém, sem condições de arcar com seu ônus financeiro.

Outro fator que interferiu no funcionamento foi o processo de seleção realizado pelo Ministério da Educação, baseando-se no índice de carência do candidato. Este índice é determinado em função da renda bruta da família e uma constante destinada a abater o pagamento de aluguel ou casa própria, sem levar em consideração o número de dependentes que participavam da renda mensal da família. Com base nestes critérios os alunos que realmente trabalhavam, porque não podiam viver exclusivamente da renda familiar, tendiam a ser considerados de carência menor do que aqueles alunos que não trabalhavam. Desta forma, o critério de seleção adotado pelo MEC e gerenciado pela Caixa Econômica Federal na seleção dos candidatos estava ocultando a real situação de carência do alunado.

Outro aspecto que afetou seriamente o Programa foi a taxa de juros cobrada na base de 15% ao ano. Em 1975 a taxa de inflação girava em torno de 30% ao ano, estando, porém, o Programa funcionando com taxas inflacionárias defasadas em 1976. Esta defasagem gerou a inviabilidade do Programa, tendo como consequência a diminuição de aplicação de recursos por parte do próprio governo e dos agentes financeiros, pois os recursos não alocados se tornaram insuficientes para o desenvolvimento do Programa, comprometendo assim o fundo rotativo que o mantinha. A diferença entre a taxa de juros de mercado e aquela cobrada pelo Programa caracterizava subsídio suportado pelo mesmo. Segundo CALHAU (1985), esta diferença demonstrada através do subsídio

público caracterizava o cunho social do Programa. Segundo JUCOKS KY (1985), "O Programa APLUB de Crédito Educativo experiênci**ia** bem sucedida e já utilizava naquela época taxas de juros de mercado baseados nas Obrigações do Tesouro Nacional.

A não exigência de avalista nos contratos de empréstimos do Crédito Educativo Federal constituiu-se em outro fator que veio comprometer a viabilidade do Programa. A inexistência de um sistema de cobrança mais rígido e a ausência de garantias' reais contribuíram, sem dúvida, para a alta taxa de inadimplência do Programa, restringindo assim, a participação de novos estudantes. Também aqui o Programa APLUB serve como referencial, pois se utiliza largamente da exigência do avalista. Este fato tem contribuído para baixas taxas de inadimplência.

Outrossim, a expansão desordenada do ensino superior brasileiro ocorreu sem levar em consideração as necessidades do mercado de trabalho. Por outro lado, grande parte das instituições privadas dotadas de poucos recursos financeiros, e caracterizadas por suas instalações precárias e cursos de baixo custo operacional formavam profissionais de qualidade duvidosa. Estes profissionais eram colocados no mercado de trabalho, sem grandes condições de competição, com profissionais formados em Instituições de Ensino Superior de maior prestígio, gerando desta forma desemprego em massa. Esta situação se refletiu diretamente sobre o Programa, pois os mutuários que não conseguiam emprego, obviamente deixavam de amortizar seus débitos para com o Programa e, conseqüentemente, aumentavam a taxa de inadimplência, contribuindo para a inviabilidade do mesmo.

Quais os custos e benefícios gerados pelo Programa?

Da análise dos dados coletados obteve-se o valor dos

contratos inadimplentes no período de 1979 a 1984. Em 1979 o número de contratos era de 64.724 (sessenta e quatro mil e setecentos e vinte e quatro), somando um valor de Cr\$ 344.012.855,72 (Trezentos e quarenta e quatro milhões, doze mil e oitocentos e cinquenta e cinco cruzeiros e setenta e dois centavos). No entanto, em 1984 o número de contratos inadimplentes passou a ser 145.369 (cento e quarenta e cinco mil e trezentos e sessenta e nove) somando um valor de Cr\$ 5.034.003.827,35 (Cinco bilhões, trinta e quatro milhões, três mil, oitocentos e vinte e sete cruzeiros e trinta e cinco centavos). Isto demonstra a diminuição do subsídio para o Programa.

A taxa média de inadimplência no período de 1979 a 1984 foi de 54%, que é bastante alta. Como se poderia supor, a mais alta taxa de inadimplência ocorreu na região Norte (69%), dado o nível de carência, enquanto a mais baixa taxa ocorreu na região Sul (36,5%).

O exame do Programa de Crédito Educativo permite identificar dois setores que dele se beneficiaram. O primeiro deles foi o aluno usuário do Programa. O Programa contribuiu através das bolsas de "manutenção e anuidade" para que alunos de menor poder aquisitivo permanecessem nas instituições de ensino superior. As bolsas de manutenção, enquanto de certo valor significativo (1976-1978), se constituíram em verdadeiro atrativo para os alunos, fazendo com que os mesmos se dedicassem aos estudos sem a necessidade de trabalhar. Cumpria assim o Programa uma de suas funções precípuas ao reduzir barreiras sócio-econômicas e, conseqüentemente, desigualdades de oportunidades educacionais.

Em termos de alunos beneficiados pelo Programa, a região mais contemplada foi a região Nordeste, onde os níveis de carência sócio-econômica são reconhecidamente mais acentuados. Nesta região encontra-se o maior número de atendimentos, 207.979 (duzentos e sete mil e novecentos e setenta e nove) alunos selecionados pelo Programa no período de 1976 a 1982, somadas as duas modalidades. A região Sudeste, mais desenvolvida, foi a menos beneficiada no que se refere ao número de usuários do Programa com 188.165 (cento e oitenta e oito mil e cento e sessenta e cinco) alunos selecionados no mesmo período.

O segundo setor beneficiado foi a rede particular de ensino superior graças a modalidade "anuidade". Na verdade o Programa passou a cumprir uma segunda função qual seja a de financiar a manutenção da rede de ensino superior privada.

No que se refere à demanda pelo Programa no período estudado (1979-82), observa-se que a região Sudeste, dado o maior contingente populacional e maior número de instituições de ensino superior, apresenta mais alto número de inscritos ao Programa, ou seja, 423.386 (quatrocentos e vinte e três mil e trezentos e oitenta e seis) candidatos. A região Norte, menos populosa e com reduzido número de instituições de ensino superior, registra a menor demanda ao Programa, ou seja, 25.299 (vinte e cinco mil e duzentos e noventa e nove) candidatos.

Respondidas as questões de pesquisa, retoma-se à questão central que orientou este trabalho.

Tem o Programa de Crédito Educativo Federal contribuído para a consecução de seus objetivos de acesso e permanência

aluno carente no ensino superior brasileiro?

Na realidade, o Programa de Crédito Educativo Federal seleciona os candidatos já aprovados no concurso vestibular nas instituições de ensino superior. O Programa não interfere no acesso dos alunos ao ensino superior, exercendo um papel paliativo no financiamento da educação e tenderá somente a ser mais eficiente e eficaz quando houver um direcionamento de recursos de parte daqueles responsáveis pela Educação aos níveis escolares de 1º e 2º graus, de forma a ampliar os níveis de escolaridade através da redução da evasão escolar, da repetência e de um adequado programa de alimentação aos alunos. Desta forma se dará condições à ampliação das oportunidades ao ensino superior no futuro. Um exemplo típico destas ações poderia ser a ampliação do Programa de Crédito Educativo ao 2º grau de ensino.

Em relação à permanência do aluno carente de recursos financeiros no ensino superior, supõe-se que a partir do momento em que o Programa financiou uma parcela substantiva de matrículas, foram aumentadas as chances de permanência de um número significativo de alunos, de menor renda, que fatalmente se evadiriam da escola face aos crescentes aumentos dos preços das anuidades. Acredita-se até que este financiamento tenha estimulado esta demanda para o ensino superior, principalmente naquelas regiões mais carentes do País (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Como se sabe, nestas regiões a renda per-capita está abaixo da média do País, sendo que os gastos familiares com a educação, tendem a ser menores.

Com a expansão em larga escala do número de IES particulares, o Programa veio contribuir para aliviar a pressão da grande demanda reprimido sob as Instituições de Ensino Superior Públicas. O que no entanto, fez com que o Governo sentisse a necessidade de financiar estas Instituições de Ensino, utilizando-se do Programa para financiar, através do aluno, as Instituições de Ensino Superior Particulares, o que acabou criando uma geração de indivíduos, quer por razões de mercado de trabalho originada principalmente pela formação universitária recebida pelos mesmos, condições econômicas e mesmo pelo desencanto do ensino superior.

Conforme identificado na literatura (Capítulo II) estudos empíricos demonstraram a existência de grande número de alunos de menor poder aquisitivo (ou de classes sociais menos favorecidas) nas instituições de ensino superior particulares.

Diante disso, é possível afirmar que o Programa tenha contribuído para assegurar a permanência de alunos carentes no ensino superior, muito embora, não se tenha conhecimento do real nível sócio-econômico dos alunos beneficiários.

RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Vários problemas de pesquisa foram mencionados neste trabalho, os quais requerem estudo aprofundado. A fim de facilitar sua identificação, os tópicos de pesquisa foram agrupados como segue:

- Processo de Seleção do Programa de Crédito Educativo Federal. Conforme se observou o critério de seleção adotado pelo PCE pode estar mascarando real a situação de carência de alunos que trabalham em relação aos que não trabalham. Se entendermos que esse aluno trabalha exatamente porque não pode sobreviver exclusivamente da renda de sua família, é lícito supor que sua situação de carência é, proporcionalmente, maior do que aquele aluno que não precisa trabalhar. Por não haver indicações empíricas de que isso de fato ocorre, sugere-se que este tema seja tratado em pesquisas posteriores.

- Ampliação do Programa de Crédito Educativo Federal à Instituições de Ensino de 2º Grau. Pretendendo desta forma aumentar as chances de acesso ao ensino superior, já que os estudantes de menor poder aquisitivo são eliminados antes mesmo de conseguirem ingressar num curso de 2º grau. No Brasil, um País de jovens, onde em torno de 50% da população tem menos de 18 anos, e todos estes jovens pretendem chegar ou vão chegar muito breve à universidade, certos de que os altos níveis de educação lhes permitirão satisfazer as suas expectativas de progresso pessoal.

- Avaliação do Programa de Crédito Educativo Federal.

Análise do Programa a partir da reestruturação sofrida em dezembro de 1983, levando em consideração a atual realidade sócio-econômica brasileira.

- Análise dos Cursos e Áreas do Conhecimento Beneficiados. Existe a necessidade dado os altos índices de inadimplência ocorrido no Programa, devido a incompatibilidade dos cursos oferecidos pelas instituições com as necessidades do mercado de trabalho. No entanto, seria necessário uma pesquisa de mercado de trabalho para sondagem das suas necessidades, para então iniciar a abertura de novos cursos no ensino superior.

SUGESTÕES PARA O PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO : FEDERAL

Diversas alterações foram introduzidas no Programa de Crédito Educativo Federal. Contudo algumas sugestões são aqui propostas, objetivando elevar a eficiência e eficácia do Programa:

- Fixação de prioridades por área de ensino (carreiras) discriminando por tipo de Universidade, com o objetivo de estabelecer um verdadeiro controle do "fundo rotativo".

- Analisar os critérios de seleção, principalmente os de origem geográfica dos estudantes, com o objetivo de evitar migrações internas (ocasionando maiores gastos).

- Diferenciar as necessidades dos estudantes de acordo com o tipo de Universidade, buscando cobrir o valor da matrícula para os estudantes das instituições privadas e satisfazer as necessidades acadêmicas referente a materiais didáticos dos estudantes da rede pública de ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um Programa de Crédito Educativo, como forma de financiar os estudantes carentes e, conseqüentemente as Instituições de Ensino Superior deve levar em consideração alguns aspectos objetivando seu melhor funcionamento. Sendo assim, é necessário examinar a viabilidade do empreendimento nos seus aspectos econômico-financeiros e de equidade.

O primeiro verifica o nível de investimento público (volume alocado) e o nível de subsídio. Observando a compatibilização das necessidades nacionais/regionais, mercado de trabalho e também os cursos financiados pelo mesmo.

O segundo deve observar aumentos das oportunidades educacionais, sua seletividade para uma maior redução das desigualdades de oportunidades existente em nossa sociedade.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA - RESPOSTAS

ENTREVISTADO: HERBERT GUARANI CALHAU, ASSESSOR ESPECIAL DA SESU/MEC.

01. Os objetivos básicos do Programa de Crédito Educativo Federal são: proporcionar o acesso e incentivar a permanência de alunos no ensino superior, possibilitando ao estudante carente o financiamento de seus estudos. Na sua opinião estes objetivos estão sendo atingidos pelo Programa? Comente.

Os objetivos do Programa não foram alcançados em sua maioria. Pois, o processo de seleção eliminou ou reduziu as chances do aluno carente se autofinanciar, diminuindo desta forma a igualdade de oportunidades pregada pelo Programa. Outro objetivo não preconizado pelo Programa foi atingido, isto é, a manutenção indireta pela modalidade "anuidade" as instituições de ensino superior privadas.

02. Sabe-se que o Programa de Crédito Educativo Federal atua com uma taxa muito alta de inadimplência. Gostaria que você comentasse os métodos operacionais adotados pelo Programa e as relações destes métodos com a inadimplência.

O maior problema está na falsificação de informações pelos mutuários. Outro aspecto, também, a falta de supervisão do MEC para com as instituições que ofereceram o Programa, sendo que a maioria dos candidatos (mutuários) não conseguem emprego para saldar o seu débito, devido o tipo de cursos oferecido pela Instituição versus a necessidade do mercado de trabalho. Outro

aspecto é que o Programa é um Programa assistencial e não econômico, com juros bancários obedecendo o sistema de ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) fez com que diminuísse o subsídio ao Programa.

03. Gostaria que você fizesse uma comparação entre o Programa de Crédito Educativo Federal e o Programa APLUB?

Existem três diferenças básicas entre o Programa de Crédito Educativo Federal e o Programa APLUB:

- A diferença de porte (menor volume de recursos).
- Constante fiscalização.
- Correção Monetária Plena.

Estes fatores fizeram com que o Programa APLUB trabalhasse com maior eficiência e eficácia.

04. Como você analisa as alterações realizadas em dezembro de 1983 pelo Ministério da Educação e Caixa Econômica Federal no Programa de Crédito Educativo?

Estas alterações são necessárias para sobrevivência de qualquer Programa deste nível. Outras sugestões poderiam ser incorporadas:

- aumento de subsídio;
- determinar quotas por região;
- aumentar o número de vagas; e
- crédito bancário.

ENTREVISTA - RESPOSTAS

ENTREVISTADO: DANIEL JUCOWSKY, DIRETOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LIBERAIS DO BRASIL.

01. Os objetivos básicos do Programa APLUB são: proporcionar o acesso e incentivar a permanência de alunos no ensino superior, possibilitando ao estudante carente o financiamento de seus estudos. Na sua opinião estes objetivos estão sendo atingidos pelo Programa? Comente.

Os objetivos propostos estão sendo atingidos pelo Programa APLUB, já que nosso índice de inadimplência é 1,5%. Outro aspecto que vem a confirmar é que o número de solicitantes está aumentando através de convênios com Universidades. Um exemplo é a Universidade Católica de Pernambuco, onde o nível sócio-econômico é muito baixo. O aluno carente para nossa instituição é o aluno de classe média baixa. Os critérios adotados para sua seleção é a insuficiência financeira e qualificação curricular. Geralmente os alunos que receberam os benefícios do Programa são oriundos de escolas públicas e não frequentam cursinho pré-vestibular. A APLUB não faz distinção entre quem financiar na sua área de interesse, já que é uma Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil.

02. Gostaria que você fizesse uma comparação entre o Programa de Crédito Educativo Federal e o Programa APLUB?

O PCE é um Programa de grande porte, maior do que as

necessidades reais da população estudantil. Foram concedidas bolsas até a alunos de classe média/alta, pessoas que recebiam o apoio (bolsa) e empregava em Cadernetas de Poupança. Pode-se notar que foi um Programa criado com outros objetivos além dos fixados pela Instituição.

O Programa infelizmente faliu (é um Instituição falida), sendo que o Programa contraiu uma dívida de milhões de cruzeiros, que a Caixa Econômica Federal abona. Em contrapartida, hoje passados 12 anos, aproximadamente 10.000 bolsas foram concedidas a programas de graduação e pós-graduação, bem como a cursos técnicos com um índice de inadimplência baixo, proporcionando a continuidade do Programa, dado aos aspectos operacionais adotados pela APLUB.

03. Como você analisa as alterações realizadas em dezembro de 1983 pelo Ministério da Educação e Caixa Econômica Federal no Programa de Crédito Educativo?

As alterações propostas seguem a linha da nossa Instituições (APLUB), o que se espera é que realmente sejam cobradas as alterações propostas dos beneficiários para que o Programa tenha resultados propícios a continuidade do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ABREU, Alcides & ABREU, Márcia Donner. Educação Prioridade Nacional. Florianópolis, UFSC, 1984. 240p.
02. ANDERSON, Scarvia B. & BALL, Samuel. The profession and practice of program evolution. Washington, Jossey-Bass , 1978.
03. ANDRÉ, Marli. Estudo de caso: seu potencial na educação. Caderno de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas , 1984.
04. ARDELAEZ, Augusto Franco. Objetivos x administración del crédito educativo en América Latina. Rev. APICE. S.l., 1 (4), jul/dez. 1976.
05. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Comissão de Estudos de Documentação. Normas brasileiras em documentação. Rio de Janeiro, 1978.
06. BARROSO, Celso Leite. Crédito educativo. Revista Educação. Brasília, MEC, 1974. p.65-70.
07. BLAUG, Mark. Introdução à economia da educação. Porto Alegre, Globo, 1975.
08. BOWEN, Howard R. Investment in learning. Washington Jossey-Bass, 1980.
09. ———. The costs of higher education. Washington, Jossey - Bass, 1980.

10. BRENNEMAN, David W. & FINN, Chester E. Public policy and private higher education. Washington, 1978.
11. BRODERSON, Mario & SANJURJO, Ester. Financiamento de la educacion en América Latina. México, Fondo de Cultura Económica, 1978.
12. BRUYNE, Paul de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais : Os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
13. CAPARRÓS, Rafael. Como assegurar la amortizacion o reembolso del crédito a la educacion. APICE, 1 (1): 32-5, jan/mar. 1975.
14. CASTRO, Claudio Moura. Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro/MEC, 1970.
15. ———. Estrutura e Apresentação de publicações Científicas. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1976.
16. FERRER PI, Pedro. La Universidad a escomen. Barcelona, Ariel, 1973, 409p.
17. CUNJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981/82.
18. FRANCES, Carol. Analysis of recent policy recommendations. s.l., Kenneth E. Young, 1974.
19. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, EDART, 1977.

20. GOLDBERG, Maria Amélia A. & SOUZA, Clariza Prado Souza. A Prática da avaliação. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
21. GOUVEIA, Aparecida J. Democratização do ensino Superior. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 50, nº 112, out/dez, 1968.
22. HANSEN, W. L. & WEISBROD, B.A. Benefits, cost and finance of public higher education. Chicago, Marklon Company. 1969.
23. Iº ENCONTRO NACIONAL APLUB. SOBRE CRÉDITO EDUCATIVO. APICE. São Paulo, 1975.
24. JALLADE, Jean Pierre. Educação de primeiro grau e desigualdade de renda no Brasil: perspectivas a longo prazo. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.8, nº 3, dez. 1978.
25. LANGONI, Carlos Geraldo. Os benefícios econômicos- sociais da educação. Revista Política. Brasília, Fundação Milton Campos, s.d..
26. MELCHIOR, José Carlos. A aplicação de recursos financeiros em educação. CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1971.
27. MENDES, Armando. A função do crédito educativo como investimento social. Educação, Brasília, 6(24):31-6, abril/set., 1977.
28. ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. El crédito educativo en America. Washington, 1970.
29. SCHULTZ, Theodoro. O capital humano; investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, 250p.

30. SOUZA, Alberto de Mello & FARO, Clóvis de. Análise econômica e financeira do crédito educativo. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 36(4):371-401, out/dez.1982.
31. SOUZA, Alberto de Mello & FARO, Clóvis. Crédito Educativo e ensino superior. Forum Educacional. Rio de Janeiro , Fundação Getúlio Vargas, 4(1): 3-17, jan/mar. 1980.
32. SOUZA, Alberto de M. & FARO, Clóvis. Crédito Educativo e ensino pago: sugestões para o financiamento do ensino universitário. Forum Educacional. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, jan/mar/, 1980.
33. VELLOSO, Jacques R. "Crédito educativo e desigualdade na Educação: Nota Preliminar, MEC, Brasília, 1980) (Mimeog.)
34. VELHO, Silvia M. Crédito Educativo: A intenção e os efeitos. Brasília, UNB, 1983. (Tese de Mestrado).
35. ZYMELMAN, Manuel. Fundos públicos para financiar la educación. México, Agência para el desarrollo internacional. (AID), 1974.
36. WEST, E.G. The yale tuition postponement plan in the mid-seventies. Higher Education. Amsterdam, Elsevier Scientific Publishing, 1976.
37. WOODHALL, Maureen. Student loans as a means of financing Higher education. World Bank staff working papers; nº 599. Bibliography.

OBSERVAÇÕES:

38. TODESCAT, Eliane. Daniel Juckwsky. Crédito Educativo, Por
to Alegre, 1985. (Entrevista Pessoal).
39. ———. Herbert Guarani Calhãu. Crédito Educativo Federal.
Brasília, 1985. (Entrevista Pessoal).